



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Ata nº 1/2024-----

-----1ª Sessão Extraordinária de 2024 – Mandato 2021-2025-----

-----Reunião de 15 de fevereiro de 2024 -----

-----Aos quinze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, em cumprimento da convocatória emanada nos termos da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Portimão em Sessão Extraordinária, realizada no Salão Nobre dos Paços do Concelho, na freguesia e concelho de Portimão sob a Presidência da sua Presidente, **Isabel Andrez Guerreiro**, coadjuvada por **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café** Primeiro Secretário, e **Alzira Maria Maças Calha**, P'la Segunda Secretária da Mesa.-----

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	FORÇA POLÍTICA
Isabel Cristina Andrez Guerreiro Bica	Partido Socialista
Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café	Partido Socialista
Marina de Carvalho Costa Sanches Esteves	Partido Socialista
José Manuel Figueiredo Santos	Partido Socialista
Joaquim Paulino Pacheco Duarte	Partido Socialista
Cristiano Damaso Malha Gregório	Partido Socialista
José Luis Mateus Barbudo	Partido Socialista
Alzira Maria Maças Calha	Partido Socialista
Paulo Jorge Domingos dos Santos Riscado	Partido Socialista
Maria de Lurdes Montêz Serralheiro Reis	Partido Socialista
Ana Catarina Martins Sousa	Partido Socialista
Nuno Filipe Marcelo Monteiro	Partido Socialista
Maria da Luz Santana Nunes Presidente da Junta de Freguesia de Portimão	Partido Socialista
Ivo Miguel Inácio Carvalho Presidente da Junta de Freguesia de Alvor	Partido Socialista
José Vitorino da Silva Nunes Presidente da Junta Freguesia da Mexilhoeira Grande	Partido Socialista
Carlos Eduardo Gouveia Martins	Partido Social Democrata
Américo da Conceição Leonor Mateus	Partido Social Democrata
Vítor Manuel Campos Couto	Partido Social Democrata
Raquel Gonçalves Bernardino	Partido Social Democrata
Ricardo Jorge da Silva Viana	Partido Social Democrata
Mário Nelson de Barradas Espinha	CHEGA



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Paulo Jorge Nascimento Canha	CHEGA
Jorge Daniel Alves Carneiro de Melo	CHEGA
Pedro Miguel Sousa da Mota	Bloco Esquerda
Marilu Veiga Correia Batista Santana	Bloco Esquerda
João Pedro Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Maria de Lurdes de Sousa Vales Melo Nogueira	CDU (PCP/PEV)
Ricardo Nuno do Nascimento Vieira Cândido	PAN

-----Apresentaram pedido de substituição, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos do artigo 78º e 79º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual, *a contrario*, se mantém em vigor por força do disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 3º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os seguintes Membros Municipais: -----

FORÇA POLÍTICA	NOME DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
Chega	Luís Filipe Alves Custódio	1 ano	02/06/2023 A 02/06/2024	Patrícia Alexandra Ferro
Chega	Patrícia Alexandra Ferro	1 ano	18/07/2023 A 18/07/2024	Jorge Daniel Carneiro Melo
PS	José júlio de Jesus Ferreira	1 dia	15/02/2024	José Luis Mateus Barbudo
PS	Ana Sofia	1 dia	15/02/2024	Alzira Maria Maças Calha
PS	Andreia Filipa M. de Sousa	1 dia	15/02/2024	João Pedro Marreiros Rosa
PS	João Pedro Marreiros Rosa	1 dia	15/02/2024	Paulo Jorge Santos Riscado
PS	Pedro Jorge Marques Moreira	1 dia	15/02/2024	Maria de Lurdes Montêz Reis



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



PS	Sheila Gassin Tomé	1 dia	15/02/2024	António Alves Alferes Pereira
PS	António Alves Alferes Pereira	1 dia	15/02/2024	Dário José Pereira dos Reis
PS	Dário José Pereira dos Reis	1 dia	15/02/2024	Ana Isabel Bernardino Vieira
PS	Ana Isabel Bernardino Vieira	1 dia	15/02/2024	João Ramos Catarino
PS	João Ramos Catarino	1 dia	15/02/2024	Avelino Borges Varela
PS	Avelino Borges Varela	1 dia	15/02/2024	Ana Catarina Martins Sousa
PS	Rui Miguel da Silva Algarve	1 dia	15/02/2024	Nuno Filipe Marcelo Monteiro
BE	Marco Paulo Pereira	1 dia	15/02/2024	Marilu Veiga Batista Santana
PAN	Daniela Marlene Duarte	1 dia	15/02/2024	Ricardo Nuno Cândido
PSD	Natalino António Gomes Alves	1 dia	15/02/2024	Ricardo Jorge da Silva Viana

-----Não esteve presente, a seguinte deputada municipal: -----

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	Força Política
Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros	Independente

-----De acordo com o artigo 16º do Regimento da Assembleia Municipal, apresentou pedido de justificação de falta, a senhora deputada independente Ângela Venâncio Quadros, o qual se anexa a esta ata, dela fazendo parte, para a seguinte reunião: -----

1ª Sessão Extraordinária de 2024	Data: 15 de fevereiro de 2024
----------------------------------	-------------------------------

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	Força Política
Cristina Maria de Sousa Velha	Partido Social Democrata

-----De acordo com o artigo 11º do Regimento da Assembleia Municipal, pediu Renúncia de Mandato na data de 24 de janeiro de 2024, a Senhora Deputada Municipal **Cristina Maria de Sousa Velha**, pelo que foi chamada a assumir as funções de membro afetivo a **Senhora Raquel Gonçalves Bernardino**. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----A Câmara Municipal de Portimão esteve representada pelos seguintes elementos do Executivo: -----

NOMES	CARGO/FORÇA POLÍTICA
Isilda Maria Prazeres dos Santos V. Gomes	Presidente – Partido Socialista
Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila	Vice-Presidente – Partido Socialista
Teresa Filipa dos Santos Mendes	Vereadora - Partido Socialista
José Pedro Cardoso	Vereador - Partido Socialista
Rui Miguel da Silva André	Vereador – Partido Social Democrata
Ana Maria Chapeleira Fazenda	Vereadora – Partido Social Democrata
Pedro Humberto Castelo Terras Xavier	Vereador – CHEGA

-----Por Parte do Executivo da Câmara Municipal de Portimão não estiverem presente: -----

João Vasco da Glória Rosado Gambôa	Vereador – Partido Socialista
Luís Manuel de Carvalho Carito	Vereador – Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança)

-----Quando eram vinte e uma horas e sete minutos, constatada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, declarou aberta a **1ª Sessão Extraordinária de 2024**, cumprimentando todos os presentes, e informando que a senhora deputada Cristina Velha apresentou a sua renúncia ao mandato e ela gostaria de transmitir, porque no e-mail que foi enviado também foi solicitado que assim fosse. «Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Portimão, prezada Dra. Isabel Guerreiro, apresento os melhores cumprimentos e votos de um excelente ano 2024, que lhe peço para transmitir ao restante pessoal de apoio e demais funcionários. -----

-----Pela presente comunico a vossa excelência formalmente a minha renúncia ao mandato para que fui eleita neste órgão autárquico, inserida nas listas do PSD. -----

-----Esta minha decisão tem um foro e carácter absolutamente pessoal e é motivada por cansaço e falta de disponibilidade, não reunindo de momento condições para o exercício da função com a dignidade e o respeito que a mesma merece e exige. -----

-----A presente renúncia foi comunicada ao meu até aqui líder de bancada e decidido em total coordenação e harmonia com o mesmo. -----

-----Quero por fim endereçar a vossa excelência e a todo o pessoal sem exceção a minha gratidão pela colaboração e trabalho despendidos, em prol da instituição, bem como todo o crescimento e enriquecimento pessoal que ganhei no órgão e com as pessoas que o compõem, desde os restantes eleitos aos funcionários da autarquia. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----A todos um grande bem-haja, obrigada e votos de maior sucesso nas vossas vidas pessoais e políticas, guardo todas as experiências e pessoas comigo e sou hoje uma pessoa melhor devido a todos vós. Com os melhores cumprimentos, Cristina Velha». -----

-----Com a renúncia da senhora deputada até há pouco Cristina Velha, portanto já tomou posse a senhora deputada, permita-me, Raquel Bernardino, é isso mesmo, que já aqui está e já tomou posse ontem, penso que foi ontem o auto de posse. -----

-----Em seguida, começou por explicar que foi rececionada uma inscrição, para o **ponto 1) da ordem de trabalhos, designado para a intervenção dos cidadãos.** -----

-----Assim, começou por conceder o uso da palavra, ao único cidadão inscrito, **Fernando Gião**, cuja intervenção se transcreve na íntegra: «Boa noite Senhora Presidente, respetiva Mesa, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, boa noite a todos. -----

Eu venho falar outra vez da Taxa do Turismo, porque da última vez, o senhor Vice-Presidente informou-me que tinha havido uma consulta pública e eu diligenciei saber quem é que tinha intrevisto nessa consulta pública, apesar de ter pedido duas vezes à Câmara a lista dos que participaram, também não obtive, mas já obtive todos os elementos que queria. E fiquei a saber que só a Areste é que tinha respondido, dizendo que não concordava, mas que dava algumas informações para no caso de querer. Tudo bem, há uma coisa que é estranho é que a Areste participou, deu sugestões e não teve nenhum feedback da Câmara. Porque isto da Taxa de Turismo é para mim muito complicado aceitar porque andamos há décadas, há décadas a pedir que os turistas venham na época baixa não sei quantos e tal, para ver se conseguimos ter turistas e depois, vamos taxá-los e taxá-los à moda de quê? À moda do que se faz na Europa nalgumas cidades particularmente na Itália, mas neles é o contrário, neles é que têm excesso de turistas e aqui assim é quando nos falta turistas a gente vai taxá-los, dá impressão que é para obter mais uma receita suplementar para a Câmara. Ora eu fiquei também admirado quando vi que a senhora presidente tinha dado uma entrevista à TSF em que dizia que a taxa entrava em vigor no dia 01 de março, ora deve ter havido uma grande confusão porque a taxa só pode entrar em vigor depois desta assembleia realizada. Assim sendo, é para mim complicado achar ou aceitar que as coisas sejam feitas desta forma. Como é que se vai dizer publicamente que uma taxa entrou em vigor quando ainda não foi aprovada? Bom, esta é a primeira questão. -----

Mas para mim o que mais me incomoda é quando vamos lançar uma taxa, uma taxa que é para que os turistas não venham, enfim. E depois ainda temos um outro problema é que se eu já disse que não aceita a taxa e não aceitando Silves, nós vamos ter uma concorrência pela negativa que é Armação-de-Pera que poderá vir fazer a sua propaganda junto dos potenciais clientes, dizendo aqui não pagam taxa, aqui não pagam taxa! -----

Depois se começarmos a verificar quais são os pressupostos para a aplicação da taxa e verificarmos que entre eles está o fazer a promoção, então, mas o que é isto? Se a taxa é para evitar que os turistas venham para os problemas variadíssimos é que não temos comparação. Florença, Florença num ano recebe oitenta



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



mil autocarros de turismo, oitenta mil, comparado com Portimão, portanto isso é, aquilo que é a negativa. Nós temos que taxá-los para eles virem e quando a taxa é depois devolvida, ora meus amigos, eu só queria deixar esta minha inconformação porque andei a lutar com outros durante décadas para termos turista no verão...em época baixa. Outra coisa que ainda também aprendi, ao fim de tantos anos temos de aprender alguma coisa aprendi que a época alta, alta, é de 1 de abril a 30 de outubro. Isto é, eu gostava, gostava que fosse, palavra que gostava, mas não é, não é! Isto dá-me a impressão que mais uma vez estamos a querer alargar a situação temporal da aplicação da taxa por causa da promessa da mesma. É tudo, obrigado.» -----

-----Terminado o período designado para a intervenção dos cidadãos, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, declarou abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra relativamente ao **Ponto 2.a)** Discussão e votação da Alteração da Estratégia Local de Habitação de Portimão, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº923/23.** -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que vai fazer aqui apenas uma breve introdução, que ela pensa que nem seria necessária, mas obviamente que todos eles tomaram contacto com aquilo que são os concursos, seja concursos para fazer projetos, seja concursos para obra e tudo isto leva meses e meses e meses. E chegámos à conclusão de que não conseguiríamos executar toda a nossa estratégia se de facto optássemos pela construção, pela construção por parte da Câmara e numa determinada altura, o IHRU abriu a possibilidade de aquisição de fogos no mercado e, portanto, é isso que nós estamos aqui a propor, é uma alteração da estratégia, retirando cento e quarenta e dois fogos da construção para aquisição. Esta aquisição o concurso pode ser lançado e só têm que estar prontas em maio de 2026, o que significa que podemos lançar o concurso, a obra pode estar a iniciar neste momento e em maio de 2026 é que essas habitações têm que estar prontas. Claro que se houver no mercado já prontas, naturalmente que privilegiaremos essa possibilidade, porque é a forma de entregarmos mais rapidamente as casas às pessoas que delas necessitam. Portanto, esta é a nossa proposta, porque nós queremos se possível ir ao mercado e comprar casas que já estejam construídas ou que estejam reabilitadas. É isso que nós pretendemos e, portanto, viemos aqui com esta proposta apenas nesse sentido, porque inicialmente o IHRU não tinha previsto a aquisição, depois naturalmente reconhecendo a dificuldade dos municípios em abrir concursos para tudo e mais alguma coisa e o tempo que isto tudo levava, sendo que o PRR como sabem tem uma duração limitada e, portanto, abriu também esta possibilidade de as câmaras poderem ir ao mercado fazer a aquisição. Muito obrigada, senhora Presidente, não tenho mais nada a informar. -----

-----Pede o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que das cento e quarenta e duas casas que pretendem adquirir, gostaria de saber como disse que iria ao mercado para ter casas mais rapidamente para poder alugar ou entregar às pessoas tanto que elas necessitam, vai comprar a que preço de mercado



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



e com que dinheiro. Se é dinheiro do PRR e com que dinheiro, se é dinheiro do PRR, se é dos fundos da Câmara. Tenho dito, para já. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e explicar à senhora Presidente que antes de mais cumpre-lhe dizer o seguinte. Esta proposta que aqui trazem hoje, que o executivo aqui traz hoje, no fundo, traduz a assunção de uma falha de base que a estratégia local de habitação teve em 2020 quando foi aprovada, os senhores em 2020, o executivo anterior, neste caso ainda liderado por si, apostou claramente aqui na solução de construir fogos para depois colocar no mercado de arrendamento e atribuir a famílias que carecem de habitação, mas os procedimentos, nomeadamente concursos públicos e os procedimentos jurídicos subjacentes às empreitadas das obras públicas já existiam nessa altura, portanto não começaram o ano passado e, portanto, os senhores já sabiam nessa altura a potencial morosidade e a teia administrativa e burocrática que poderia envolver este lançamento da construção e, portanto, esta proposta aqui traduz no fundo, a assunção de uma falha de base, mas há aqui questões que têm de ser esclarecidas, já foram aqui colocadas duas questões que eu tinha aqui para colocar, é, que financiamento é que vai ser aqui utilizado para adquirir estes imóveis e a que preços, porque sabemos que o preço médio, enfim, felizmente para as finanças municipais, porque o IMT é calculado sobre isso, o preço médio de transmissão dos imóveis em Portimão está nivelado por cima neste momento, mas para este efeito que estamos aqui a tratar agora é infelizmente, porque eventualmente o município vai ao mercado e vai pagar se calhar um preço claramente inflacionado para alguns imóveis e, portanto, a questão aqui é saber com que financiamento é que vai fazer essas aquisições, se há comparticipação, nomeadamente do IHRU, ou eventualmente de outro tipo de fundos e a que preço de mercado é que preveem fazer essas aquisições. E depois senhora Presidente, e depois há aqui outra questão, é perceber onde é que estão esses imóveis, porque a tipologia de imóveis que estão aqui elencados que são se não me falha a memória sobretudo tipologias T2 e T3, infelizmente e aí a responsabilidade é de quem licencia as edificações que vão sendo aqui submetidas à Câmara, nomeadamente através de outros instrumentos de planeamento também como alvarás de loteamento, etc. as tipologias que temos aqui disponíveis no mercado muitas vezes são T1, T0 e poucas tipologias T2 e T3 e, portanto, a questão aqui é saber se realmente esta alteração que os senhores propõem, se vai permitir atacar o problema com maior celeridade do que a opção inicial da construção. Eu tenho aqui algumas dúvidas, mas gostava que esclarecesse estes pontos. Disse. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, bom, respondendo primeiro ao senhor membro da Assembleia Municipal Pedro Mota, são integralmente pagos pelo PRR, portanto não há dispêndio de qualquer verba por parte da autarquia e já agora aproveito para responder também ao senhor membro da Assembleia Municipal João Caetano. Portanto, o IHRU tem preços máximos estipulados e passo a citar, «T1, duzentos e treze mil euros. T2, duzentos e noventa e cinco mil euros. T3, trezentos e setenta e três mil euros. T4, quatrocentos e trinta



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



mil euros». Estes são os preços máximos estipulados pelo IHRU, que são preços que deixem-me dizer-vos que estão completamente em linha com os preços pelos quais se vendem estas tipologias desde que não seja na praia da Rocha, ou muito próximo do mar, desde que seja mais afastado, estes são os preços que estão no mercado. Aliás, é interessante que ainda há dias alguém me dizia, «bom, isto vai haver com certeza vários construtores que querem começar já a construir para venderem as casas a estes preços», porque há construtores neste momento a vender habitações por menos de que isto no mercado de Portimão e, portanto, é integralmente suportado, repito mais uma vez, por verbas do PRR, e já agora informar o senhor deputado municipal João Caetano, de que a era dos T0 e dos T1 já passou. Portanto, nós agora temos mais é T2 e T3. Portanto, a era dos caixotes e das gaiolas já passou, agora já não estamos nesse momento. Muito obrigada. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **Ricardo Viana**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que queria pegar logo na intervenção que a senhora Presidente acabou de ter, porque as outras perguntas que tinha acabaram já por ser aqui apresentadas, que é, relativamente à subida de preços que foi exatamente o que a senhora Presidente indicou que os valores estão mais ou menos em conta e há até inclusive construtores que têm o preço mais baixo do que aquilo que o IHRU permitir, ou seja, isto indica-nos logo que vai existir um aumento, implicitamente vai existir um aumento do custo da habitação em Portimão por via da entrada deste player, por assim dizer, do município no mercado de aquisição e que o município vai acabar por estar a concorrer com os restantes municípios que estão à procura de casa, que têm uma certa dificuldade, e se já têm dificuldade ao preço que ela está, quando ela aumentar, não vai ficar facilitado. A minha pergunta é, se o executivo teve em conta este impacto negativo que vai ter sobre a vida dos municípios e como é que esperam atenuar este efeito negativo, porque o efeito negativo inclusivamente pode ser que alguma das famílias depois tenham que vir, que poderiam comprar casa tenham que vir para o arrendamento ou para estas casas que o município pensa adquirir. Disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que queria agradecer os esclarecimentos que foram dados, ó senhora Presidente, mas realmente os esclarecimentos suscitam aqui outras questões. Esta questão que foi aqui colocada, desde logo é evidente, não é? Porque se a Câmara tem esses tetos máximos que foram impostos pelo IHRU, que convenhamos não são assim tão baixos como disse, isso vai ter um efeito inflacionista no preço médio dos imóveis no concelho. Não tenhamos dúvidas sobre isso, mas há aqui outra questão que se prende com os construtores que a senhora falou que eventualmente estarão disponíveis para construir para depois vender à autarquia, e a questão que essa sua referência suscita, é desde logo como é que a autarquia vai escolher a quem é que vai comprar os imóveis. Vai abrir um concurso público, vai abrir uma hasta pública, em que quem quiser pôr lá imóveis põe e depois há uma licitação para ver segundo a tipologia, a área, o tipo de construção, ou há outro tipo de critérios? Não sei, estou a perguntar, ou qualquer outro tipo de critérios. Porque depois há aqui outras questões que



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



se prendem também com a concorrência, há aqui outras questões que se prendem com a concorrência, porque é necessário quando é um agente com uma autarquia que vai ao mercado comprar imóveis, que eventualmente construtores ou outros vendedores que queiram vender estejam em pé de igualdade perante a autarquia. É preciso assegurar essa igualdade e a concorrência e isso é uma questão muito séria, nomeadamente para quem constrói e para quem exerce a atividade comercial de construção e venda de imóveis, sob pena da autarquia estar aqui a ter uma influência com o atual de capital que tem do PRR, uma influência que vai distorcer o mercado. Portanto, é preciso ter muito cuidado com isto e, portanto, perguntava-lhe concretamente senhora Presidente, quais são os critérios que a autarquia vai colocar em cima da mesa para fazer as aquisições aqui e como é que a autarquia vai mitigar esta questão aqui da inflação tendencial dos preços de venda dos imóveis no concelho. Disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que a propósito da intervenção da senhora Presidente, ele ficou um pouco diria confundido com aquilo que apresentou. Isto porquê? Porque, e a propósito de IHRU e desses valores que a senhora Presidente falou, eu lembro-me, o IHRU já fez três consultas ao mercado. A primeira delas menciona exatamente esses valores que a senhora Presidente fala de tetos máximos de venda de T1, T2, T3 e T4. Aliás, esses tetos máximos da primeira consulta que o IHRU fez ao mercado serviu exatamente para comprar quinze apartamentos na casa do Rio em Portimão, que a senhora sabe muito bem que foi assinado entre o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana e a Direção Geral de Educação. E o que é que aconteceu aqui? Depois disso já houve mais duas consultas ao mercado, em que a segunda consulta diz que o preço e as condições de contratação é, o preço de aquisição dos prédios e habitações pelo IHRU, corresponde ao menor dos valores entre o valor da proposta entregue e o valor da respetiva avaliação homologado pelo Conselho Diretivo do IHRU. Portanto, estes valores da primeira consulta já não estão atualizados como a senhora Presidente disse. Um tempo depois, o IHRU faz uma terceira consulta ao mercado e na terceira consulta ao mercado e nestas três, o concelho de Portimão está lá, diz exatamente isto, «valor máximo das candidaturas. O valor máximo de aquisição por fogo não pode exceder o valor que vier a ser determinado através da avaliação imobiliária a promover pelo IHRU». Portanto, esses valores que a senhora Presidente disse, referem-se essencialmente à primeira e única consulta que houve ao mercado do IHRU, e que houve a compra de apartamentos em Portimão. Sobre isto, eu gostava de referenciar o seguinte. O IHRU comprou quinze apartamentos em Portimão, o IHRU comprou quinze apartamentos em Portimão que eram para alojar professores, para alojar médicos, para alojar enfermeiros, pessoas deslocadas, eu continuo sem saber se isso realmente correspondeu ou não à verdade, mas vamos passar à frente. Dizer-lhe o seguinte, o IHRU comprou e investiu quatro, cerca de perto de cinco milhões de euros nestes quinze apartamentos. Destes quinze milhões de euros, o IHRU comprou mil seiscentos e cinco metros quadrados, o que quer dizer que comprou mais ou menos a três mil euros o metro quadrado. Eu vou recordar a senhora Presidente que preços de avaliações bancárias naquela altura rondavam os dois mil. Portanto, o IHRU comprou três mil euros o metro quadrado em Portimão, quando os



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



valores de mercado eram de Hdois mil. Se isto não é influenciar o mercado, se isto não é contribuir para a especulação do mercado, eu não sei o que é que é. Portanto, eu fico assustado quando mais uma vez eu oiço falar no IHRU, quando o IHRU está a promover exatamente especulação imobiliária. Mais, isto foram apartamentos arrendados a quatrocentos e poucos euros o metro quadrado. Portanto, sobre isto fico-me por aqui e não menciono mais nada, é apenas para recordar. Eu continuo aqui com alguma dúvida a propósito disto, que é, cento e quarenta e dois fogos na alteração da estratégia local de habitação. A pergunta que faço é, a senhora Presidente disse, é o PRR que vai comprar. O que é que é isso do PRR que vai comprar? Que é, a autarquia assume, abre concurso, o PRR dá o dinheiro, há um acordo com o IHRU, há um financiamento, há um autofinanciamento, há um financiamento bonificado? É porque associado a esta estratégia local de habitação eu continuo a ver um acordo com o IHRU e que previa um empréstimo bonificado. Eu gostava que a senhora Presidente me esclarecesse a situação também. Obrigado, tenho dito.

-----Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, bom, o senhor membro da Assembleia Municipal Ricardo Cândido, falou que de facto vai ficar mais difícil para as pessoas adquirirem. O senhor deputado municipal também se esqueceu que nós estamos a fazer casas a custos controlados e, portanto, esses custos controlados é exatamente para as pessoas que não têm condições de ir ao mercado para poderem adquirir apartamentos, comprar apartamentos a preços digamos, por assim dizer, bastante mais baixos do que estes que estão aqui tipificados. -----

-----Depois, responder ao senhor deputado municipal João Caetano, que o próprio IHRU tem tipificado como é que deve ser o concurso. E mais, e já temos na nossa mão também um concurso de uma outra Câmara que foi lançado e que naturalmente nós vamos também, por assim dizer, esperamos que nos sirva de base também e, portanto, mas o próprio IHRU tem elencadas a forma como deve ser lançado este concurso e quais as premissas e as obrigações que deve ter. -----

-----Quanto a distorcer o mercado, quer dizer, é assim, eu de facto fico um pouco estupefacta, porque ando a ouvir dizer não sei há quantos anos que não há habitação para as pessoas e temos centenas de pessoas inscritas a pedir habitação e agora que temos condições para ceder casas às pessoas, levantam-se todo o tipo de problemas. Afinal, querem casas para as pessoas ou não querem casas para as pessoas que têm necessidade? Pronto, não, é isso, é porque fico com dúvidas, fico com muitas dúvidas que às vezes mais parece que, bom, não digo mais nada. -----

-----Quanto ao senhor deputado municipal Paulo Canha, ó senhor deputado municipal, eu também tenho isso tudo, tenho isso tudo que o senhor tem. Agora, isto são tetos máximos e se o senhor não leu bem, leia, aliás está lá, consta, vá lá que estão lá estes preços no IHRU, estão lá, são os tetos máximos. A partir daí obviamente pode baixar, mas este é o teto máximo. Aquilo que o senhor leu, eu também li, e depois dizer que compraram, veio dizer que de facto compraram quinze apartamentos em Portimão. Compraram, não tivemos conhecimento de nada, não nos foi dado conhecimento de nada, eu cedi o salão nobre para assinar o contrato, o protocolo, não sei mais nada porque isso não nos diz respeito. Isso diz respeito à



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



DGESTE, e já agora, alguém levantou aí a questão do PRR, não sabe o que é o PRR senhor deputado municipal? É que o PRR paga tudo a cem por cento. Não sabe de onde é que vem o PRR? Portanto, se não sabe, então também acho que deve aprofundar esse conhecimento sobre o PRR. O PRR foi direcionado exatamente para responder à necessidade de habitação e paga a cem por cento nesta área que é o 1º. Direito. Portanto, está tudo muito claro, não sei qual é a sua dúvida sobre o PRR e quem leu tanta coisa sobre o IHRU, acho que o PRR é das coisas mais simples de perceber. Tenho dito. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, tirando o aparte que já foi explicado da situação da especulação imobiliária, nós também achamos que a especulação vai aumentar o preço das casas em Portimão, mas como já foi dito aqui e este é o preço máximo, se calhar foi feito para um livre nacional como casas em Lisboa ou Porto e não se adequam muito aqui com Portimão, mas também gostaria de saber quantas casas têm adquiridas já, se já são mesmo as cento e quarenta e duas, e que tipo de famílias é que vão pôr nessas casas que vão custar quase meio milhão de euros. Gostaria de saber qual é o tipo de famílias, o tipo de famílias que vão pôr nessas casas, visto que os bairros sociais como eles estão tratados, não gostaria de ver essas casas de quase meio milhão de euros serem tratadas como os bairros sociais são tratados. Gostaria de saber como é que estão porque no fim de contas é o PRR que vai o dinheiro, mas nós vamos ter que o pagar, porque os nossos impostos ele vai ter que sair de algum lado, alguém vai ter que o pagar e são sempre os mesmos que é a classe média portuguesa que paga sempre esse tipo de impostos e esses PRR e outros mais. Para já fico-me por saber quantas casas estão a pretender adquirir de momento e para quem se destina esse tipo de casas, se é para professores, se é para médicos, ou outra situação qualquer, casas de meio milhão de euros, espero bem que sejam bem estimadas e que voltem a entregar e quanto tempo é que vão ficar essas casas. Se as casas que vão para as famílias ficam para o resto da vida, se é para voltar para a Câmara, para a Câmara poder ajudar outras famílias quando essas famílias tiverem condições, puderem sair dessas casas e ajudar outras famílias. Para já, fico-me por aqui, gostaria de saber mais sobre esse ponto. -----

-----Outro ponto que eu queria também dizer, acho que também a Câmara podia em vez de estar a comprar casas já prontas podia também recorrer às casas que estão abandonadas em Portimão e reabilitá-las, também é rápido e se calhar poupava muito mais dinheiro e os concursos se calhar eram mais fáceis, porque se fazia casa a casa, peça a peça, se calhar muitas empresas portimonenses podiam concorrer a esses concursos e fazer esse tipo de remodelações dessas casas e pôr no mercado de arrendamento. Tenho dito. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que depois de ouvir aqui algumas intervenções, queria pensar da seguinte forma. A estratégia local de habitação é um instrumento de planeamento municipal, em que confere aos municípios a possibilidade de se trabalhar, planear e promover a habitação digna dentro do parque habitacional que tem. E eu acho que não é o ponto para se debater o PRR, ou o tipo de concursos, ou a legalidade de concursos, permita-me discordar, mas é para isso que cá estamos, é para



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



partilhar a nossa opinião e ainda menos para estarmos a entrar no processo de seleção das famílias carenciadas. Há uma coisa que sei e tive o cuidado de ler toda a documentação, não é a primeira, é a segunda vez que eu leio e, portanto, vou partilhar aquilo que acho que todos lemos. O primeiro é claro e está no documento, é que tem três objetivos, isto e eu depois elencar as questões que tenho todas de seguida. É tornar o mercado de habitação mais acessível, em que há uma previsão e nós estamos a falar alguns números aqui, mas estes são os números que me interessam, de cinco mil novos alojamentos necessários até 2030, é o que está no documento, há um segundo objetivo deste documento que é responder às carências habitacionais graves a quinhentos e setenta e dois agregados, mais trezentas famílias com carências habitacionais graves aqui identificadas, e o terceiro ponto é reabilitar e requalificar o parque social municipal com quinhentos e oitenta e dois fogos. Em suam, o que o documento diz, porque acho que é importante, porque acho que ainda não foi dito aqui, são oitenta e cinco milhões de euros de investimento até 2026 para construir oitocentos fogos, reabilitar quinhentos e oitenta e dois, sabendo a carência prevista de cinco mil e um acordo que foi feito com o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana que prevê um investimento de setenta milhões até 2025. Sobre isto, aquilo que me interessa e que interessa às pessoas, não vou falar de metros quadrados, nem de preço, nem de especulação imobiliária, não vou entrar em dicotomia ideológica de direita e de esquerda, vou fazer oito questões temáticas, se quiser posso dividir, então vou dividir em quatro pela sua expressão. Não, eu divido em quatro, depois assim tenho mais argumentos para responder às outras. Para quem me conhece sabe que prefiro assim. Uma primeira sobre a acessibilidade financeira. Como é que esta estratégia local de habitação assegura que os novos alojamentos sejam financeiramente acessíveis para os segmentos de baixo e médio rendimento da população portimonense? Essa é a primeira, dentro da estratégia, dentro da estratégia que têm, como é que prevê a diferenciação da acessibilidade financeira. -----

-----A segunda nos incentivos ao arrendamento. De que maneira é que esta estratégia local de habitação propõe incentivar os proprietários a disponibilizar mais opções de arrendamento acessível face ao mercado que temos em Portimão. Vou fazer mais duas e depois divido como lhe disse. -----

-----A priorização da reabilitação urbana. Quais os critérios que vão ser utilizados para identificar e priorizar as áreas e edifícios para reabilitar e requalificar dentro do parque social municipal. E uma quarta que para já é a última, sobre sustentabilidade e integração dentro da estratégia que também é aqui referido, eu estou a usar terminologias que estão todas dentro do documento. Como é que as novas construções e reabilitações habitacionais planeadas se vão integrar de forma sustentável com as infraestruturas e os serviços públicos existentes, promovendo então o desenvolvimento urbano harmonioso que queremos dentro do desenvolvimento das políticas do território de Portimão. Para já são estas quatro. -----

-----Se me permite, só dar uma nota, todas elas em complemento àquilo que realmente o documento nos traz a debate refere e sobre planeamento e estratégia, que acho que é aquilo que devemos focar. ----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **Ricardo Cândido**, relativamente à resposta que a senhora Presidente me deu que não pensei, relativamente à construção que está em curso,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



a construção de casas a custos controlados. Eu pensei, pensei nela, então se elas estão praticamente concluídas para serem entregues para quem tem dificuldades as possa comprar, porque ainda não são elas então passadas para este caso, porque o que eu lhe disse não foi que as pessoas não podem comprar, é as pessoas que ainda podem comprar ficam com maior dificuldade de comprar, estamos a falar daqueles que ainda podem, deixam de poder, porque o preço sobe. A questão está aqui, não é aquelas pessoas que não têm possibilidade de aceder a um crédito e que precisam de uma casa de um custo mais reduzido e aí a Câmara está a dar essa solução e muito bem, está a fazer esse seu papel. O que referi foi, as pessoas que ainda conseguem comprar têm maior dificuldade em encontrar, porque temos mais o município à procura de cento e quarenta e uma frações para comprar. Foi isso que referi. Obrigado. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que o PS reconhece que efetivamente esta proposta de mudança de estratégia vem relativamente pouco fundamentada. Porém, como se percebeu, a senhora Presidente teve a preocupação de início de proceder a uma série de esclarecimentos que à partida se justificava de todo em todo e, portanto, desde logo, delineou os termos em que esta estratégia iria decorrer. Não obstante a proposta ter vindo pouco fundamentada, nós percebemos que o fundamental dela residia neste apelo sincero à mitigação de um problema que de facto só tem solução a médio e longo prazo como todos compreenderemos, não é? Portanto, tratando-se da aquisição de cento e quarenta e dois fogos, como o senhor deputado Carlos Martins bem o afirmou, esta estratégia tem o respaldo mais amplo, não se fica tão só pelos cento e quarenta e dois fogos, mas eu diria que vale a pena vir um pouco atrás para perceber o contexto em que esta estratégia surge. É que nós tivemos efetivamente uma pandemia, não foi de modo algum favorável a uma dinâmica de mercado, enfim, que justificasse a satisfação das necessidades mais imediatas de habitação, mas também importa ter em conta aspetos que determinavam o aumento abrupto e continuado dos preços dos imóveis em certas zonas do país. Deveremos para isso mencionar os vistos gold, a massiva conversão de imóveis residenciais em alojamento local sobretudo nos centros das grandes cidades e ainda os situados junto à orla marítima, entre outros, enfim, como é o nosso caso, tem-se criado aqui zonas habitacionais de facto inacessíveis. -----

-----Bem, em face deste estrangulamento, e nós estamos ávidos por conhecer quais são as propostas alternativas da oposição ou das oposições, num plano de uma oposição construtiva, bem entendido, porque em face desses estrangulamentos e face à morosidade dessa implementação da estratégia inicial, o executivo resolveu avançar efetivamente para esta resposta habitacional escudado no IHRU, para atribuição de fogos em condições condignas aos indivíduos, às famílias que não são detentoras dessas condições. Portanto, esta estratégia local tem um sentido pleno que é o de mitigar no imediato problemas que têm tendência para se agudizar, e a exclusão social é como sabem um fator de instabilidade social tremendo com outro tipo de, eu diria, com outro tipo de consequências que efetivamente vão muito para além da habitação porque a habitação muitas vezes é sintoma. Portanto, o executivo ao preconizar esta medida, ele concorre para o incremento da procura, sem dúvida, o que não deixa de ser positivo, face a um mercado



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



que ao ver os preços e quantidades seguradas não deixará de reequacionar a dinâmica da sua oferta. Portanto, os senhores que acreditam no mercado por força das circunstâncias, tenderão a ser mais otimistas até que nós, porque quando nós falamos de uma sociedade de mercado, falamos de uma sociedade de mercado regulada, até porque os princípios que informam o PS nesta matéria, são princípios que têm a ver com algo que é sagrado e devia ser para todos nós, que é a função social da propriedade privada, e isso não podemos esquecer, e atendendo a essa sensibilidade quanto à função social da propriedade privada, que surge esta mudança política a coberto do IHRU. Portanto, não vamos confundir nem vamos falar de inflacionamentos do mercado, quando nós sabemos que a habitação social, a habitação a custos controlados, etc. se a pessoa quiser no nosso país tem uma expressão ínfima, comparando com os países europeus que no fundo nos são mais próximos na área da Comunidade Económica Europeia. Portanto, a nosso ver, é importante perceber que as políticas públicas atraem investimento privado, as políticas públicas criam riqueza, as políticas públicas geram uma diversificação de oferta habitacional. Nós estamos a falar aqui de aquisição direta, e o que é que isto significa, esta aquisição direta? É preciso que tenhamos isto em consideração, porque para nós os princípios também são fundamentais. Significa contrariar uma certa ideia de política de gueto, significa pensar que uma lei de bases da habitação deve prover o direito dos cidadãos no acesso à habitação, estabelecendo que o Estado deve respeitar e promover o direito dos cidadãos escolherem o lugar da sua residência, bem entendido, de acordo com as suas necessidades, possibilidades e preferências. A ser assim, então esta mudança de estratégia política parece ser mais consentânea com o respeito pela diversificação das escolhas. -----

-----Reduzir os objetivos de uma política pública de habitação apenas aos preços da habitação, é vedar aos cidadãos este registo fundamental de atendimento de necessidades, possibilidades e de preferências. Também por isso a lei contempla o direito de preferência dos municípios nas chamadas áreas ou zonas de pressão urbanística. Consequentemente nós estamos a falar aqui e não temos dúvidas quanto a isso das famílias mais vulneráveis, e não se questiona o executivo quantas, quais são as famílias, porque nós sabemos bem que o executivo tem uma área de ação social que é uma área técnica que tem a incumbência obviamente de fazer essas triagens e essas escolhas. Portanto, não temos dúvidas quanto ao facto de que há uma intencionalidade política e haverá uma implementação técnica rigorosa. Não temos dúvidas quanto a isso, nós não duvidamos da seriedade deste executivo e do rigor deste executivo nesta matéria. -----

-----Importa perceber que as pessoas mais vulneráveis devem de ter facilidade de acesso no preço, como na localização, na qualidade do conforto, da segurança, nas acessibilidades, nas tipologias e na forma de ocupação e na sua mobilidade. Portanto, nós estamos em crer que os serviços técnicos obedecerão a um curso político dos acontecimentos, no sentido da implementação destes critérios. É nesse contexto que além daquela obediência cega a uma racionalidade habitacional de um foro estritamente mercantil e o IHRU vai contrariar isso, que achamos legítima, achamos oportuna esta política de conferência das aspirações dos nossos cidadãos e daí que o Partido Socialista não possa deixar em abono de uma verticalidade de posições que têm a ver com os seus princípios anuir a esta proposta de mudança estratégica, mas não fecho esta



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



argumentação sem efetivamente aguardar o que a oposição tiver por construtivo na matéria que respeita à adoção de soluções diversas porventura mais eficazes, mais eficientes, no sentido realmente de equacionar este problema porquanto é fácil hoje dizer, «ah!, mas nós criticámos e percebíamos que nessa altura não era fácil implementação». Pois não, os fluxos e os refluxos do mercado não são previsíveis, ninguém tenha a tentação de pensar que controla a realidade social dos acontecimentos, que não controla, é ilusório. Portanto, não vale a pena. Agora, se quiserem que façamos a autocrítica e dizer, bem, efetivamente nós reconhecemos que aquela prática política não foi a mais adequada. Ok, não há problema nenhum nisso, porque só erra quem age e nessas circunstâncias nós estamos absolutamente confortáveis com esta mudança de política. Senhora Presidente, disse, muito obrigado. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, para dizer que vai voltar um pouco atrás e de certa forma e esteve aqui um pouco a pensar sobre aquilo que a senhora Presidente lhe disse e sobre a questão do PRR, e ele realmente a olhar para esta deliberação, continua sem perceber aqui algumas coisas. Esta deliberação vem à Assembleia Municipal com uma alteração única que é, deixar de haver a construção de cento e quarenta e dois fogos para passar a haver aquisição de cento e quarenta e dois fogos, mas o resto do documento que aqui está mantém-se todo igual? Todo igual, inclusive o acordo que existe com o IHRU? Que está aqui. Portanto, vai haver financiamento bonificado para a construção, Tudo, certo ou não? Não, é que estou a ver alguma dúvida aí entre vós, era importante esclarecer isso, porque se o documento que houve foi assinado com o IHRU em 2021, fala também de empréstimo bonificado. Ok, pronto, eu gostava de saber isso. -----

-----Depois, continuo também, quando a senhora fala em PRR, a sensação que fica é que o PRR é um saco sem fundo e, portanto, o PRR não é um saco sem fundo e a senhora Presidente sabe muito melhor do que eu, porque tem a responsabilidade de gerir a Câmara ou a autarquia e até de certa forma cruzar com aquilo que o senhor deputado José Figueiredo disse, ninguém coloca aqui a seriedade das pessoas em causa, nem a seriedade tem que vir para aqui, as pessoas fazem aquilo que podem e fazem sempre na tentativa de fazer o melhor. O problema aqui é a competência ou a capacidade de planear, executar que se vê nesta estratégia local de habitação que previa em dez anos construir cinco mil fogos e até agora eu não sei se dez por cento disso está construído. -----

-----Depois, por outro lado, aqui outra questão que é, cento e quarenta e dois fogos de aquisição, mas que fogos? T1, T2, T3, o PRR vai pagar tudo, mas vai pagar tudo o quê, qual é o valor previsto de aquisição destes fogos, como é que se relaciona isto, porque eu olho para a estratégia local de habitação e vejo documentos que não se compadecem com o PRR a pagar. Portanto, gostava de ser esclarecido. Muito obrigado, tenho dito. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, quando o senhor deputado do PS disse bem da triagem e não sei quê e quando eu falei aqui em médicos e professores, hoje em dia um professor e um médico é pobre em Portimão para comprar uma casa. Um médico que começa na carreira ganha mil e quatrocentos euros, um professor ganha mil e cem euros



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



limpos para comprar uma casa de quase meio milhão de euros, é bom um pobre também, também é uma pessoa necessitada, não quis aqui que me entendam mal nesse sentido, qualquer um funcionário público que queira adquirir casa em Portimão é pobre, não tem capacidade para isso, mas podemos falar dos polícias, podemos falar dos GNR que antigamente faziam casas para os GNR e para a polícia, hoje em dia já não fazem e outros sistemas de habitação que existia para conseguir que as famílias ficassem junto dos seus casos de trabalho e criarem as suas próprias famílias e isso já não existe e como não existe eu falei nessa situação e se estas casas também abrangiam esse tipo de pessoas para ficarem em Portimão e se ficassem colocadas por exemplo nas escolas ou nos outros serviços pudessem ter uma casa condigna para viver, porque um ordenado desses não dá para comprar uma casa de duzentos ou trezentos mil euros, basta fazer uma simulação bancária e veem quanto é que fica a pagar. Tenho dito. -----

-----Pedi o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e referir que o que hoje se conhece das estratégias locais de habitação elaboradas pelos vários municípios, permite-lhes mesmo afirmar que são necessários bem mais do que cem mil fogos para responder à carência de habitação das famílias portuguesas a viverem nas chamadas condições indignas. No nosso entendimento, este investimento deve ser sempre assegurado na íntegra pelo estado, quer pelo recurso ao PRR, a outros investimentos de financiamento e ao orçamento de estado. -----

-----Admitimos, no entanto, a aquisição de habitação para fazer face a realojamentos urgentes e emergentes. Porém, para a CDU torna-se claro que é o estado que tem que intervir na promoção do direito de habitação e na criação de condições ao seu acesso. -----

-----O espaço de intervenção das autarquias locais deve ser concretizado no nosso entendimento no âmbito das suas competências, sendo, aliás de realçar através do apoio à promoção de habitação cooperativa, a custos controlados, o apoio à reabilitação do edificado, à concretização de programas de autoconstrução e de autoacabamento, bem como a todo um processo de planeamento com destaque para o Plano Diretor Municipal de que ainda estamos todos à espera. O nosso entendimento continua a ser, «a construção de habitação deve ser assegurada e ser da responsabilidade do poder central». Muito obrigada.

-----Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, para dizer que vai tentar dar aqui as respostas da forma mais sintética possível, que já esgotou o seu tempo e já está a pedir tempo ao Partido Socialista. O senhor deputado Pedro Mota perguntou cento e quarenta e duas famílias, que famílias? Os nossos serviços de ação social e habitação têm um levantamento exaustivo, mas exaustivo, aliás de acordo inclusivamente com o regulamento que nós temos e que foi aprovado, nós temos um regulamento, e é mediante esse regulamento que as casas serão atribuídas, portanto não vamos fugir dele e neste momento temos centenas de pessoas inscritas com necessidades habitacionais. Devo dizer que é mesmo o problema prioritário para resolvermos, é o objetivo número um, responder às carências habitacionais. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----O PRR é um programa no âmbito da *NextGeneration* Europa, que tem vários objetivos, um deles é o da convergência e, portanto, esta convergência também é na área exatamente da resiliência e da habitação, foi incluído aqui e, portanto, são dinheiros da Europa, e espero que não sejam eurocéticos, porque senão obrigam-me a pedir o comprovativo que de facto esse dinheiro é transferido da Europa para o país, não é? Portanto, é dinheiro que vem da Europa, não vale a pena estar a abrir os braços ó senhora vereadora, não vale a pena, não vale a pena, tem, tem, tem, tem e, portanto, Portugal contratualizou dezasseis vírgula cinco mil milhões de euros no âmbito... -----

-----Bom, o senhor deputado municipal Carlos Martins falou na acessibilidade financeira. No momento em que nós assinarmos o contrato com o IHRU, temos logo disponibilizado à cabeça vinte e cinco por cento. À medida que formos adquirindo vamos sendo ressarcidos, não é preciso sequer a autarquia adiantar dinheiro, portanto eles vão pagando assim que nós formos adquirindo. Portanto, à cabeça há logo vinte e cinco por cento. Questionou sobre o arrendamento. Exatamente isto é para arrendamento, arrendamento naturalmente no âmbito das disponibilidades de cada família, portanto mediante o levantamento que nós temos das carências familiares. -----

-----Reabilitação urbana, sim, nós temos, aqui no nosso programa temos reabilitação urbana de todos os nossos fogos, aliás, eu estava aqui a ver que o bairro da Coca Maravilhas foi submetido à candidatura ao IHRU e só para o bairro da Coca Maravilhas são duzentos e quatro fogos, os valores estimados são vinte e cinco ponto cinco milhões de euros. O bairro do Cabeço do Mocho já foram entregues os projetos para a submissão à candidatura, o valor estimado é vinte e três milhões de euros e por aí fora. Portanto, nós vamos ter aqui a recuperação de todos os nossos bairros, é uma possibilidade que temos e não vamos largá-la. -----

-----Relativamente à sustentabilidade, obviamente que se a Câmara não tem que disponibilizar verbas, a sustentabilidade está garantida, naturalmente. -----

-----O senhor membro da Assembleia Municipal Ricardo Cândido, diz que a custos controlados, portanto falou nos custos controlados, as casas dos custos controlados ainda não estão determinadas, estão a começar, estão a começar. Portanto, se vão iniciar não as podemos atribuir. Mais, a custos controlados é exatamente para vender à classe média que tem hipótese ainda de ir ao banco e que tem condições financeiras para poder adquirir uma habitação. Portanto, é isso que nós vamos fazer, mas para além do mais, nós vamos ter mais habitação a custos controlados. Devo dizer-vos que vamos ter habitação a custos controlados no Cabeço do Mocho e vamos ter também construção, a renda resolúvel, isto é, como já tivemos em que as pessoas vão pagando a sua renda e no final de x anos a casa é deles, portanto temos para todas as necessidades. -----

-----O senhor deputado municipal Paulo Canha voltou novamente a insistir no PRR, é cem por cento de financiamento, cem por cento, a Câmara não tem que pôr um cêntimo. -----

-----Senhor deputado Pedro Mota, falou nos médicos, nas forças de segurança, etc. temos exatamente no âmbito da construção a custos controlados vinte e sete apartamentos que são cedidos à autarquia,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



cedidos não, é contrapartida do terreno e esses vinte e sete apartamentos serão exatamente para médicos, forças de segurança, exatamente para os fixarmos aqui também. Devo dizer que por exemplo, no caso da PJ, já tem os apartamentos da 25 de Abril, portanto já tem ali alguns apartamentos e já está a tentar resolver os problemas com esses apartamentos. -----

-----A senhora deputada Lurdes Melo, diz que é a administração central. Senhora deputada, melhor que isto, a Câmara não ter que adiantar com dinheiro nenhum, não sei o que é que quer mais, melhor do que isto, não sei. Se nos pagam tudo, se a administração central, o IHRU faz parte da administração central. Ora, se a administração central paga tudo, então é a administração central que está a suportar a construção dos apartamentos e a aquisição dos apartamentos. Portanto, espero que esteja de acordo, como é óbvio. Muito obrigada. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, eu volto a insistir senhora Presidente, mas eu estou a ser chato com isto, mas é o documento que está aqui. A senhora está a pedir para a bancada Chega votar uma deliberação e depois da deliberação vem justificar com questões que não estão presentes nesta deliberação. Portanto, na deliberação está um contrato com o IHRU, e o contrato com o IHRU no artigo da cláusula terceira, diz dos sessenta e nove milhões de euros vai ter que haver uma comparticipação financeira por parte do município de trinta e dois milhões de euros. É isto que eu tenho aqui, portanto eu não posso adivinhar coisas que não tenho. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, eu peço desculpa, senhora Presidente permite-me? Tem razão isso foi antes de ser o PRR. Portanto, a partir do momento, isso foi o primeiro acordo. Depois, quando veio o PRR, obviamente é a cem por cento, é que nessa altura ainda não havia PRR. Muito obrigada. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, então não pode pedir aqui à Assembleia para votar uma coisa e uma deliberação, depois se não há os documentos de acordo, em conformidade. Então como, isto para mim foi tudo uma novidade do PRR, aliás, eu passo por ignorante de não saber o que é que é o PRR, porque não sei o que é que a senhora está a falar, porque não está aqui, senhora Presidente. Portanto, há aqui qualquer coisa que não está a funcionar bem. -----

-----Depois, deixe-me dizer outra coisa e é só para terminar. Senhora Presidente, por favor não deixe mais nos próximos tempos que venha cá o IHRU a Portimão e o Ministro da Educação e a Ministra da Habitação fazer um investimento de cinco milhões de euros e publicitar o que é para professores, para isto e para aquilo e que a senhora agora diga, «eu não sei de nada, eu só cedi o espaço». Então, a senhora faz uma estratégia local de habitação para dez anos e diz que há um investimento por parte do IHRU de cinco milhões de euros em Portimão, e eu não sei muito bem sobre isso, por isso não sinto nada. Eu acho que isso não lhe fica bem até sob o ponto de vista político, mas quem sou eu. Tenho dito. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, para dizer que ia só aqui reforçar as perguntas, porque se calhar não foi explícito, mas não eram tão..., ía dar



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



um exemplo. Eu, por exemplo, perguntei de que forma é que a estratégia pretendia incentivar ao aumento da oferta de arrendamento a preços acessíveis, considerando a pressão do mercado turístico e disse-me, «sim, nós falamos de arrendamento». Não era bem as respostas que eu estava à espera, e também lhe perguntei como é que a reabilitação e requalificação do parque social municipal iria ser priorizado dentro desta estratégia e quais os critérios para escolher as áreas e edifícios a serem reabilitados, e disse-me que o documento refere que é para reabilitar, mas eu perguntei algumas coisas diferentes, mas sobre isto, eu lançava-lhe ainda algumas questões e alguns pontos. Não vou recorrer a estas outras quatro que tinha, deixarei para outro fórum, mas falou que haveriam menos de cento e quarenta e dois fogos para construção através de aquisição, e eu perguntava se então podia fazer o acerto dos números, porque já ouvimos tanto os quinhentos e oitenta e dois fogos. Então quais são os números finais que ficam dentro da estratégia local de habitação? Já com esta, se removendo estas, se há alguma alteração. Ok, assim é mais fácil e fazia uma questão, porque esta aqui vai envolver não só o documento, mas toda a dinâmica que queremos para a década de habitação que planearam aqui e considerando que é uma década a nível do programa que não conhecem, nem têm esse tempo finito, mas, é de que forma é que quando nós olhamos que é vinte, trinta e está no documento e foi referido e está na comunicação social do município, falamos que calculamos e estimamos cinco mil habitações com necessidade e esperamos nós todos que sejam até menos e que não tenhamos de enfrentar estes números, seja o executivo, seja quem for e nós temos noção dos números, já falámos, não vou repetir que não dão resposta, eu perguntava de que forma é que o município pretende equilibrar as necessidades habitacionais imediatas com as previstas e qual o complemento e planeamento, que isto é um documento de planeamento municipal, tem para continuar a dar resposta face a este que embora seja um documento inicial e que dá algumas, não dá todas como o próprio documento diz e até a bancada do Partido Socialista referiu e todos concordamos com uma alteração, é porque o planeamento mereceu e que não foram capazes de prever inicialmente e, portanto, perguntava isso só também com a salvaguarda que ouvi aqui de várias bancadas, mas o PRR como todos os fundos que temos, ao fim do dia somos todos nós que pagamos e é importante referir isso aqui, não é dinheiro que vem, não cai, cairá de alguma forma e ouvi aqui algumas bancadas e, portanto, é uma ajuda europeia que temos, mas todos depois temos que pagar e ainda bem que estamos na União Europeia para ter que seja esta possibilidade assim, mas para já é isto e já vejo se posso intervir a seguir. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, esta não é a melhor estratégia para o Bloco de Esquerda, o Bloco de Esquerda não concorda com esta estratégia de cento e quarenta e dois imóveis comprados com a especulação imobiliária e como já foi tudo dito aqui, mas já agora em tom de brincadeira e não é sério, já tivemos aqui um equipamento hoteleiro aqui dentro de Portimão, podia ser recuperado pela Câmara, que foi vendido por um milhão e a Câmara não aproveitou esse equipamento hoteleiro que agora está a ser rentabilizado. Esse equipamento hoteleiro podia passar para uma estratégia de habitação e a curto prazo. Mais, já agora, era bom em vez de estar a comprar apartamentos como estão a pensar fazer, porque não comprem logo um complexo turístico, pode



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



ser que haja algum complexo que queiram vender, se calhar até saia mais barato do que estar a comprar à peça. Tenho dito. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, só para fazer a declaração final relativamente a esta deliberação. A bancada Chega por várias ordens de razão, nomeadamente a interferência no mercado, eu não estou a ver a autarquia, é necessário uma intervenção urgente no parque habitacional em Portimão como a senhora Presidente já disse várias vezes. Estão identificadas carências gravíssimas, quer ao nível do espaço físico, quer ao nível das necessidades das famílias e das pessoas. Ninguém coloca isso em causa. Agora a estratégia com que estão e o planeamento com que o fazem, é que na nossa opinião não são esta alteração de cento e quarenta e dois fogos que deixam de ser construídos para serem comprados que vão resolver o problema, mas de qualquer das maneiras eu acho que as coisas ainda o vão agravar, porque os senhores vão ditar regras de mercado, vão ditar regras de mercado porque vão ter que comprar e vão ter que vender, é uma espécie de Remax aqui na cidade de Portimão e, portanto, e ainda por cima preços atuais de avaliação em Portimão ditam qualquer coisa como dois mil e seiscentos euros do metro quadrado, avaliação bancária hoje em Portimão. Eu não sei como é que os senhores vão ao mercado comprar cento e quarenta e dois imóveis para depois os vender e/ou então arrendar às famílias carenciadas. De qualquer das maneiras, eu penso que é importante aqui uma reflexão, nomeadamente do Partido Socialista com aquilo que foi a alteração da lei dos solos, com aquilo que foi a política de arrendamento, com aquilo que foi a política do alojamento local e tudo isso tem contribuído para chegar hoje onde chegamos também na cidade de Portimão. É impensável que haja solos que eram urbanizáveis que passam a rústicos ao lado de terrenos urbanizados e há uma série de espaços que podiam ser claramente dinamizados. Portanto, senhor deputado José Figueiredo, uma das soluções passa exatamente pelo seu próprio partido. Tenho dito, obrigado. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, o que mais me custa aqui, é que este executivo está aqui há sete anos, tudo bem começou também numa situação grande, com grandes problemas financeiros, depois nestes últimos anos têm tido até saldo positivo e em quase quatro anos não construiu uma casa, tirando aquelas casas pré-fabricadas no Vale da Arrancada, praticamente não construiu uma casa, e agora de repente aparece este dinheiro do PRR e toca a esbanjar desta maneira. Eu acho que temos que repensar no assunto e como o próprio plano tem aqui a própria estratégia, em Alvor, nos Montes de Alvor chegaram a fazer fogos por oitenta e oito mil euros, oitenta e oito mil euros e neste momento estão a querer comprar a duzentos mil euros os mesmos fogos passado meia dúzia de anos. Tenho dito. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e referir que quer recordar que esta estratégia em suma já falhou, já falhou porque ela previa que em 2021 comesse a reabilitação dos fogos habitacionais desta Câmara Municipal e isso não foi executado. Agora, foi empurrado para 2024/2025. ---



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----O PSD vai ser benevolente e vai acreditar que agora, sim, finalmente vamos fazer alguma coisa, porque é muito importante os portimonenses estão à espera disso há muito tempo, e já estamos com muito atraso em relação àquilo que estava planeado e aquilo que não foi executado por este executivo municipal e é preciso assumirem que não executaram nos timings em que estava previsto quando aprovámos a estratégia local de habitação. De qualquer das formas, como o problema é urgente ser resolvido, o PSD está aqui para colaborar e esperemos que esta nova estratégia de facto chegue ao terreno e chegue aos portimonenses e nesse sentido, o PSD não irá votar contra esta proposta. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, tenho uma resposta para dar ao senhor deputado Carlos Martins. Aquilo que estamos a falar neste momento é no âmbito do 1º. Direito, portanto esta primeira fase. A seguir devo dizer-lhe que neste momento o próprio governo já está a lançar a hipótese de haver novamente as cooperativas para que de facto continue a construção e continue de facto a dinamizar-se esta oferta no mercado. Portanto, felizmente já há propostas de futuro para se poder concretizar. Eu já agora responder ao senhor deputado municipal Paulo Canha que a gente não vai comprar para vender, a gente vai comprar para arrendar, nós não somos Remax nenhuma, nós compramos e arrendamos, não somos nenhuma imobiliária, que fique bem claro. -----

-----O senhor deputado Municipal Vítor Couto e até outros membros já referiram isso que de facto não executámos e de facto ainda bem, porque agora é-nos pago a cem por cento, e se tivéssemos começado em 2021 havia uma contrapartida por parte da Câmara bastante elevada. Portanto, aí ganhámos, aí ganhámos. Muito obrigada. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, senhora Presidente, estava a ir tão bem, acabou por borrar a pintura toda. Senhora Presidente, quando me diz ainda bem, ainda bem porquê? Porque o PRR vai pagar? O PRR vai ser pago por todos os portugueses, inclusivamente por todos os portimonenses. Eu não sei se sabe que o PRR não é fundos, é da Europa, mas todo... ó senhora Presidente, peço desculpa vá estudar bem o PRR, o PRR vai ser pago porque trata-se de um empréstimo, trata-se acima de tudo de um empréstimo que vai ser pago daqui a algum tempo, não tenha a menor dúvida, porque a Europa somos todos nós e todos nós mesmo os portugueses vão ter que pagar esse empréstimo, e senhora Presidente acima de tudo quando eu digo que borrou a pintura, é que ao dizer que ainda bem que esperamos, senhora Presidente, eu não sei o que é que está a pensar, porque é assim é capaz de dizer isso a quem está à espera de uma solução e de uma casa há dois ou três anos, senhora Presidente? Dizer-lhe ainda bem, ainda bem que você aguentou mais dois ou três anos, senhora Presidente, isso eu acho que não é bonito de se dizer, digamos assim. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, só para responder, é que de facto quando eu digo ainda bem, é que assim provavelmente só poderíamos construir duzentas ou trezentas habitações e assim temos capacidade para



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



construir muitas mais e dar resposta a muito mais necessidades, senhor deputado municipal e, portanto, nesse aspeto foi positivo esta demora. Tenha atenção a isso. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, senhora Presidente, sem querer entrar em debate direto, mas é assim, se a senhora Presidente já tivesse cumprido aquilo que tinha prometido cumprir em 2021, em 2022 ou em 2023, há alguma coisa que obstasse agora em reforçar essa oferta como está a fazer? Nada. portanto as pessoas estiveram dois ou três anos à espera porque este executivo não executou as coisas naquele tempo que disse que ia fazê-lo, nada impedia que agora fosse reforçado, senhora Presidente. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, senhora Presidente, era só para terminar aqui o debate, dizendo que infelizmente para os portimonenses que têm carências habitacionais, a senhora Presidente de Câmara vai, a exemplo do que acontece com o senhor ainda Primeiro-Ministro, vai terminar o seu último mandato se deus quiser para o ano, sem entregar uma casa deste novo pacote da estratégia local de habitação, o que é lamentável e é volto a dizer, e aqui termino como comecei a primeira intervenção, é melhor prova do falhanço desta estratégia que os senhores apresentaram em 2020 e, portanto, a senhora agora diz que ainda bem que vem o PRR da Europa, como se isto fosse, enfim, um maná que vem lá de Bruxelas, mas já foi aqui dito e bem, não é dinheiro de borla, não é a fundo perdido, infelizmente para nós não é a fundo perdido. Portanto, é um adiantamento de verbas que depois terão que ser pagas e enfim, vamos chegar a 2025, infelizmente e sublinho aqui o infelizmente, vamos chegar a 2025 senhora Presidente e conforme disse o Dr. António Costa, que nos cinquenta anos do 25 de Abril o problema da habitação estaria resolvido, infelizmente em 2025 em Portimão vai haver idade, vão haver grandes carências de habitação nos domínios do arrendamento e da aquisição, mas sobretudo do arrendamento acessível e a senhora vai sair da presidência da Câmara Municipal de Portimão sem ter resolvido este problema. Disse.

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro** submeteu à votação o **ponto 2-a)** Discussão e votação da Alteração da Estratégia Local de Habitação de Portimão, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº923/23**, tendo obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	0	0	2	0	0	0	17
ABSTENÇÕES	0	5	0	2	0	1	1	0	9
VOTOS CONTRA	0	0	3	0	0	0	0	0	3

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) -----

Foi aprovada, **por maioria**, a Alteração da Estratégia Local de Habitação de Portimão, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº923/23**. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Não esteve presente a senhora Deputada Municipal Independente Ângela Quadros. -----

-----No Seguimento desta votação, a bancada do Chega, apresentou uma declaração de voto que a seguir se transcreve na íntegra:

«O Partido CHEGA alertou que a presente alteração é uma má política a médio e longo prazo. Isto porque a estratégia local de habitação foi uma promessa do executivo socialista há anos e nada foi implementado! As necessidades são urgentes quer ao nível de novos fogos, a custos controlados e custos moderados, assim como urgência de implementação da estratégia de conservação do parque habitacional público que já foi prometido em mandatos anteriores. -----

Esta alteração é uma medida paradoxal! Pois além de não resolver no presente e futuro as questões prometidas há anos, o município de Portimão ao adquirir habitações em vez de construir está a interferir e aumentar também o preço do mercado do arrendamento pela via da lei da oferta/procura, contribuindo assim para o aumento do preço de mercado da nova habitação, além de que os preços de aquisição promovidos pelo IHRU estão inflacionados para o mercado de construção nova e habitação em segunda mão para o concelho de Portimão.-----

Não nos parece que a explicação dada pelo executivo seja lógica para a alteração, a saber: “No entanto, face à morosidade da conclusão desta resposta habitacional e a necessidade premente de atribuição de fogos a famílias que vivem em condições indignas, propõe-se como forma de mitigar este problema, uma alteração à atual estratégia local de habitação, no sentido de adquirir 142 fogos no mercado em detrimento da construção dos fogos localizados em Vale Lagar (76 fogos), Aldeia Nova da Boavista (18 fogos), CHE – Figueirense – Mexilhoeira Grande (4), Rua Alho Serra (6)” .-----

Nem a explicação que o investimento através do PRR (que será pago por todos os contribuintes) ao contrário do que o executivo faz querer passar! Nem a forma como esta operação financeira será efetuada foi cabalmente explicada! -----

A alteração proposta de adquirir 142 fogos em nada resolve o problema estrutural da habitação em Portimão! Relembramos que ainda em 2023 o IHRU (Instituto de habitação e reabilitação urbana) e a DGAE (Direção geral de administração escolar) adquiriu 15 apartamentos no prédio “casa do rio” em Portimão (13 tipologia t2, 1 T3, e 1 T4) investimento perto de 6 milhões de euros, que supostamente seria para alugar a profissionais deslocados na área da saúde e educação, cujo valor de aquisição do m2 foi muito superior ao valor de mercado. Adicionalmente, questionado várias vezes sobre essa aquisição, o executivo diz pouco ou quase nada saber sobre a mesma, o seu objetivo e o respetivo impacto, na prática o IHRU e a DGAE adquirem 15 apartamentos em Portimão e a passa ao lado autarquia! -----

Adicionalmente, a proposta de alteração sobre a estratégia local de habitação é acompanhada e suportada em documentos cujos dados para a tomada de decisão se consubstanciam em dados estatísticos e censos de 2001- 2011 simbolizando a incapacidade do executivo em atualizar quer os dados quer a estratégia para os desafios atuais e futuros do concelho. -----

O Mundo, o país, a região, o concelho alterou, mudou, adaptou-se, passamos por uma pandemia e respetivas alterações económicas e sociais implicando novas dinâmicas, assim como as necessidades e individuais e



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



coletivas das cidades e das freguesias são outras e o executivo em 2024 altera uma estratégia continuando a consubstanciar a sua decisão política baseada em dados ultrapassados e obsoletos no documento que tem por base o presente e futuro da política pública local de habitação! Esta é mais uma matéria de “obra” prometida há anos que não passa de um “embuste” eleitoral na qual não tem tido qualquer impacto na resolução do problema da habitação local! -----

Se por um lado as políticas nacionais através do pacote “ mais habitação” e a alteração das lei dos solos, apenas refletiam uma política socialista incapaz de resolver o problema, na qual se pretendeu demonizar o “alojamento local” como o cerne do problema, contrapõe com a política local, pois ao questionar o executivo por exemplo se foi considerado aquando da autorização para a construção dos futuros empreendimentos hoteleiros sobre as necessidades de habitação para os trabalhadores que serão necessários como resultados dos 13 novos hotéis e empreendimentos turísticos, resultando alegadamente na necessidade de cerca de 3000 a 4000 mil novos colaboradores, o que certamente provocará uma pressão no tecido habitacional local, a resposta do executivo foi nula.-----

Desta forma, não só esta alteração deliberativa revela a incapacidade e incompetência do executivo socialista em implementar o que promete, como representa o reconhecimento de que mesmo sendo o financiamento para a aquisição dos 142 fogos do PRR, em nada fará com que a medíocre gestão autárquica altere também no setor da habitação local e correspondente política pública local. Pelos motivos apresentados o partido CHEGA votou a contra. »-----

-----Em Seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, o **ponto 2-b)** Discussão e votação do Regulamento Municipal da Taxa Turística de Portimão, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº889/23**, declarando abertas as discussões para quem pretendesse usar da palavra. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, sobre aqui a taxa, porque já está tudo escrito, não podemos alterar nada, mas o Bloco de Esquerda aqui apresenta que há aqui situações na taxa que passa de um euro para dois com a época baixa e a época alta, que acho que a época baixa devia de ser os seis meses e a época alta outros seis meses, pelo menos para a balança ficar mais ou menos equilibrada. E outra situação que eu propunha também para uma próxima revisão, é que um euro devia ser também na época baixa cinquenta cêntimos, para os hotéis ou alojamentos locais e parques de campismo, cinquenta cêntimos e no verão um euro, porque os equipamentos não são os mesmos, é chato uma pessoa ir para um parque de campismo porque vai para uma tenda que é dele ainda por cima e paga dois euros como se fosse uma pessoa que vai para um hotel de cinco estrelas, ou também para rentabilizar as zonas de Portimão que estão mais despovoadas que é o caso da periferia da cidade, para contribuir para que haja alojamentos locais ou hotéis rurais, que essa taxa também fosse entre os cinquenta e os cinquenta cêntimos na época baixa ou não pagar e na época alta um euro. O resto a gente já sabe, a gente consegue pagar aqui uma taxa mais cara que em Barcelona e por aí está tudo dito e então o Bloco de Esquerda nesta questão da taxa, como já é a segunda vez que votamos isto, vai-se abster desta situação. -



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, relativamente aqui a esta questão da taxa turística, senhora Presidente de Câmara, temos aqui argumentos de ordem política, enfim, a intervenção que houve aqui no público e que eu saúdo adiantou alguns deles, mas também temos aqui argumentos de ordem jurídica que no nosso entendimento obstaculizam aqui a aprovação deste documento, e temos aqui um problema de base que eu desafiava a senhora Presidente de Câmara e o executivo a esclarecerem esta Assembleia antes de mais. O regime geral das taxas das autarquias locais, prevê que a criação de taxas deve ter como contrapartida um serviço específico, ou prestação de um serviço específico aos sujeitos passivos pelo pagamento da taxa, ou o acesso a um serviço a um equipamento. Acontece que neste projeto que vem aqui do regulamento que foi aprovado em reunião de Câmara e conforme já foi aqui dito no período do público, a senhora disse à comunicação social há cerca de três meses ou dois meses e meio mais ou menos, que já estava aprovada, só aguardava publicação, esquecendo-se que quem tem competência para aprovar é a Assembleia Municipal, estamos aqui hoje felizmente, acontece que este regulamento aqui não prevê, salvo melhor opinião não prevê uma contrapartida específica para o pagamento da taxa e, portanto, eu desafiava que a senhora Presidente de Câmara nos explicasse e nos demonstrasse que qualquer turista que venha a Portimão, caso este regulamento seja aprovado a partir de março, tenha um serviço específico ou tenha uma contrapartida específica e concreta individualizável pelo pagamento da taxa, porque eu li e reli o documento que foi aqui distribuído e não consegui encontrar realmente qualquer contrapartida específica. Fala-se aqui num conjunto de generalidades que são, enfim, que são muito interessantes, mas que do ponto de vista jurídico não servem como fundamentação para o pagamento da taxa e, portanto, pedia-lhe este esclarecimento antes de prosseguir o debate. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, eu também ao ler esta deliberação, fico na dúvida, ou ficamos na dúvida de qual é que é o destino a dar aos cerca de três milhões de euros previstos arrecadar com taxa turística, tal e qual como o senhor deputado agora João Caetano já disse, há aqui um conjunto de generalidades que, portanto me causam exatamente dúvidas relativamente ao destino a dar ao dinheiro. Aliás, até no seguimento também daquilo que já foi aqui dito, estranhámos mais uma vez, mas a senhora Presidente está no seu direito de publicamente e aos órgãos de comunicação social antecipar-se, mas eu acho que não fica correto, porque esta deliberação tem que vir à Assembleia Municipal e, portanto, de acordo com a Assembleia Municipal a senhora Presidente não pode dizer que está aprovada e mais, e nessa declaração que a senhora Presidente fez à TSF, nomeadamente em dezembro, diz que um dos destinos a dar ao dinheiro é na promoção de grandes eventos para a cidade, também concordamos com isso e nomeadamente na questão do MotoGP e do autódromo. Portanto, fico aqui também com alguma consideração de que há aqui uma causa-efeito entre o valor a receber previsivelmente da taxa turística de Portimão para alocar a mais investimento relativamente ao MotoGP, autódromo e afins e, portanto, gostava que nos esclarecesse relativamente a isto. Muito obrigada. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **Ricardo Cândido**, no seguimento das questões que já foram aqui colocadas, questionar também o executivo qual é que é o destino que pensa atribuir aos valores que vão ser arrecadados, sendo que é de fácil compreensão, que é da estrita competência, está no documento, que é «da estrita competência do executivo municipal em exercício propor a aplicação das receitas». Isso eu compreendo perfeitamente. -----

-----A minha questão é questionar ao questionar qual é que é o destino, é que tendo em conta o elevado impacto ambiental que o turismo tem na nossa região, se o município está a pensar alocar alguma dessa verba para esse mesmo impacto ambiental, tal como para as eventuais medidas de compensação do impacto relativamente à água no nosso município, que é uma das grandes problemáticas que temos atualmente e iremos ter no futuro e de uma forma mais agravada. Portanto, questionar o executivo se foi pensado alguma parte, ou se existe uma estratégia de alguma parte desse valor ser alocado para essa mesma problemática, ou se esses valores vão-se centrar principalmente na promoção de Portimão lá fora, como já foi referido e anteriormente pela bancada do Chega, nomeadamente com o MotoGP, entre outros, sendo que a promoção de mais turismo no nosso município trará maior impacto ambiental, maior pressão sobre as nossas reservas de água e maior pressão também ao nível da habitação, ao nível da promoção de trabalhos precários, entre outros. Disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que sobre esta deliberação, gostaria de interceder junto do executivo algumas particularidades que mereciam e objetivavam em pleno a introdução da referida taxa. Costuma-se dizer que não se pode exigir sem que se ofereça. Que planos haverá para reduzir a dependência da época alta e desenvolver o turismo mais equilibrado ao longo do ano. Como pensam lidar e resolver a sazonalidade turística? -----

-----A autarquia prevê promover o turismo sustentável e a preservação do património cultural e ambiental? E faria mais outra pergunta, deixaria outras para fim. Quais são os princípios ou os principais atrativos turísticos que a autarquia pretende dinamizar e promover para justificar a taxa turística que quer implantar. Tenho dito. Obrigado. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, esta matéria é uma matéria realmente bastante sensível, para a qual eu chamaria a vossa atenção e procurarei evitar ser algarvio tanto quanto possível em termos linguísticos, isto é, vou tentar falar pausadamente para que algumas questões a colocar aqui não se percam, porque geralmente nós políticos temos a fama de falar uns para os outros em termos absolutamente mudos, não é, ou seja, toda a gente já sabe o que quer dizer e o outro não está é para ouvir. Bem, porque as questões são da máxima importância, tanto mais que a nossa região é uma região turística, importa observar aqui alguns aspetos nesta matéria. Primeiro, antes de saber o para quê da taxa, importa saber o porquê da taxa. Porquê, porque sim ou porque não, ou seja, importa que debatamos aqui a justificação para a razão de ser da taxa. Então, vamos falar de dois aspetos. Primeiro, do contexto e depois da justificação. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----É que importa contextualizar este debate justamente para podermos produzir argumentos válidos e rigorosos e para que não se dê espaço a que cada corporação fale do turismo como se ela fosse a encarnação turística. Nós estamos a falar de um modelo turístico muito preocupante e naturalmente cada ator turístico tem nessa experiência multidimensional tem naturalmente a sua importância, mas tem uma importância relativa. Então, vamos ponderar esses argumentos e importa desde logo observar a evolução do turismo a nível nacional. -----

-----Portugal tem um plano nacional de turismo definido até 2027. Nesse plano prevê-se atingir receitas turísticas de vinte e cinco mil milhões e oitocentos milhões de dormidas. Os dados de 2021 para cá têm vindo a ser sistematicamente galopantes. Os dados de hotelaria em 2017, os dados conhecidos no dia 14 de fevereiro colocam agora o país mais perto destes objetivos que eu acabei de referir. Trago os gráficos de fonte absolutamente segura para que não se suscitem dúvidas a este respeito. Então porquê a nosso ver se justifica uma taxa turística, seja para nacionais, seja para estrangeiros? -----

-----Na segunda-feira passada estive em Lisboa e paguei dois euros, dois euros em alojamento local, e foi em moedas. Moedas não é o Presidente da Câmara, é mesmo moedas de dois euros, não é? Porquê se justifica o pagamento da taxa turística? Por uma simples razão, porque o turismo é uma espada de dois gumes. Mais turistas, mais dinheiro, mais lucro, podem ser atrativos de facto a curto prazo, mas a realidade mostra bem claramente que é preciso considerar a sustentabilidade desse crescimento. Hoje não podemos mais ser fordistas e pensar num modelo denso, num modelo de massas brutal como aquele que se tem espalhado por todo o mediterrâneo norte. Esta ideia de que mais é melhor e que um ano bem sucedido turisticamente falando é sinónimo daquele em que o número de visitantes é alto, geralmente é enganosa. E se o número exceder a capacidade do meio ambiente, dos transportes públicos, dos pontos turísticos, dos comportamentos das pessoas, como fazemos? Gastam os turistas mais água, não gastam, produzem os turistas mais lixo, não produzem? Só para dar dois exemplos básicos com vizinhos de como o turismo produz custos adicionais. Lamentavelmente muita gente ainda tem a impressão de que o turismo é apenas sinónimo de uma coisa boa, talvez porque a indústria vende com base em ideias como lazer, diversão, ou até mesmo tirar umas férias de todas as responsabilidades. -----

-----Viajar, enfim, será para muitos uma merecida oportunidade de não se preocupar com nada e de facto muitos dos turistas que nós aqui observamos têm comportamentos próprios daqueles que não se importam com nada. Hoje é essencial que a gente se preocupe com os impactos negativos que produzimos nos lugares que nós visitamos. -----

-----Importa ter a consciência de que o nosso comportamento pode estragar os destinos que nós amamos. Há homens que gostam tanto das mulheres que batem nelas que se fartam, não é? Chama-se a isto violência doméstica, mas é tudo por amor. Afinal, é uma metáfora dura, talvez os senhores assim percebam melhor. As considerações eu dispense-as, no final os senhores podem fazê-las à vontade. Afinal, apesar de trazer benefícios como os rendimentos, o turismo também tem efeitos negativos. É urgente, por exemplo, falar do



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



overtourism e nas suas implicações. O turismo tem efeitos inflacionários, nós pagamos o turismo no mercado. O turismo requer serviços na localidade turística em função do poder aquisitivo dos visitantes. -----

-----A sazonalidade da procura turística contribui para o desemprego ou diminuição do poder aquisitivo dos moradores. Vamos continuar a ignorar isto, ou é um outro exemplo infeliz? Muita gente lucra de facto com alguns dias de estadia, enfim, a estadia de um turista que ganharia com um mês de aluguer aquilo que não ganha como morador. Assim, as pessoas nativas, enfim, do lugar, não encontram alugueres que possam pagar e são forçadas a mudarem-se, mas há aqui muita gente na esfera da ação social da Câmara a quem se lhes paga habitação, melhor dito a Câmara comparticipa na renda da casa, o aumento de custos sociais e ambientais, as praias poluídas, a quem cumpre limpar as praias, não tem um preço isso? Querem outro exemplo menos infeliz? As prioridades nos investimentos que estimulam apenas a atividade turística. -----

-----É tempo de nós pensarmos e há anos que falamos nisto, na diversificação do tecido social produtivo no Algarve. A produção de impactos pelo excesso dos limites físico, ecológico, social, económico no destino, ou seja, nós não vamos falar já dos comportamentos irresponsáveis dos turistas, o seu desrespeito pelas regras e pelos fundos locais, pelo excesso de lixo é um outro exemplo infeliz, quem tem pago? Temos sido nós moradores. O desperdício da água, quem paga? Bem, esperemos que não sejamos nós também, senhora Presidente. -----

-----Há cidades que se tornam praticamente parques de diversões. Enquanto a cultura local vai perdendo espaço, o *overtourism* pode levar a impactos ainda mais graves, como a destruição de espécies animais, plantas, prejuízos para as populações nativas e deterioração dos patrimónios históricos. Quem paga a deterioração do património histórico? Não sabemos onde aplicar as taxas, ou para que servem as taxas. A Holanda, por exemplo, viu o número de visitantes crescer tanto que resolveu parar de promover a cidade com destino turístico, foi promovendo outras cidades que não aquelas e, portanto, proibiu a abertura de novos hotéis dentro da cintura dos canais, isto é coragem, isto é ter visão política. -----

-----Barcelona, já que se falou há pouco de Barcelona, em Barcelona nos hotéis paga-se de grosso modo três ponto vinte e cinco. Sim, o escalonamento é outro, é diferente, mas isso cada um tem o seu escalonamento mais ou menos simplificado. Penso que este escalonamento que se prevê aqui é mais simplificado e a esse respeito, portanto sugere digamos um controle mais efetivo, mas Barcelona tem uma taxa de prefeitura, não está a entrar em contacto com ela também, pois é, é que a gente às vezes por omissão esquece-se de dizer determinado tipo de coisas, mas não temos que nos comparar com Barcelona, não temos. Ó senhor deputado, eu dispense os seus comentários. -----

-----Finalmente, para dizer que me parece aceitável, mas absolutamente aceitável que a criação do Conselho Consultivo de Turismo em Portimão a constituir-se com a participação de entidades públicas e privadas, nomeado associações de turismo, empresários de hotelaria, restauração, ou associações representantes dos mesmos, etc. possa contar também com dois institutos públicos, aliás um instituto público e um privado, possa contar também com a Universidade do Algarve e possa contar com o ISMAT, porque também são centros de formação turística, centros de formação de quadros qualificados, de quadros



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



superiores no turismo. Portanto, será de todo em todo justificada a sua inclusão e é a nossa proposta senhora Presidente, que possamos tratar essa composição desta forma de maneira mais abrangente. Portanto, isto para vos dizer que nós temos que adotar uma visão diferente em relação ao turismo, avaliar os seus prós e os seus contras e nomeadamente aproveitar esta taxa justamente para podermos prover os desequilíbrios que o turismo inaugura, justamente para podermos ter turismo, para podermos ter um turismo mais sustentável. Agora, não nos ponhamos nas comparações entre Portimão e Silves, porque uma coisa é verdade, é que há um princípio que deve reger a região que é o da coesão territorial, mas quem não for à frente, La Palisse diria que fica atrás. Portanto, a taxa turística justifica-se de todo em todo e não é a taxa, ou não é possível confundir a taxa com qualquer forma de desmotivação, ou de desincentivo turístico. É uma forma de incentivar o bom turismo, na exata medida em que nós podemos e devemos suprir deficiências que temos, carências que temos, com uns diabos, não dá para comparar Portimão com qualquer cidade turística em Espanha, França, etc. para onde a gente vá? Com certeza que sim, temos imensas carências e não há problema nenhum em dizer isto, porque se nós não tivéssemos necessidades, se não tivéssemos carências, se a cidade não tivesse problemas, porque é que se justificaria a classe política? Não se justificava de todo em todo. -----

-----Então, são estes os fundamentos, estão implícitos e neste caso agora explícitos da nossa anuência à taxa turística e ao desejo de que esta taxa tenha boa aplicação na nossa cidade, justamente para poder incrementar o turismo e seguramente um turismo até com mais qualidade. Disse, muito obrigado, senhora Presidente. -----

-----Pedi o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que relativamente a esta questão da taxa e, não obstante as considerações que já foram feitas, no que concerne no documento ou o regulamento em si, constatou com alguma estupefação relativamente às isenções subjetivas que os residentes não estão isentos, ou seja, se ela tiver uma inundação, não olhe para mim com essa cara senhor deputado municipal. Se eu tiver uma inundação na minha casa e me vir forçada a pernoitar num estabelecimento hoteleiro, vou ter que pagar a taxa turística como qualquer turista, ou seja, não tenho qualquer isenção por ser residente. -----

-----Relativamente ao critério e ao valor da taxa, só dar aqui uma achega ao que já disse ao Pedro Mota. Há sítios em que de facto a taxa turística é diferente consoante a tipologia do estabelecimento hoteleiro, ou seja, a pessoa, isso existe na Grécia, por exemplo, a taxa é diferente de ilha para ilha e é diferente de estabelecimento hoteleiro para estabelecimento hoteleiro, ou seja, se eu for para um hotel de cinco estrelas, pago mais do que num estabelecimento de duas estrelas. Eu penso que aqui, uma vez que queriam implementar a taxa, isso deveria ter sido um critério a adotar, sendo certo que uma pessoa que vai para um hotel de cinco estrelas não lhe custará a pagar três, quatro ou até cinco euros, porque se tem capital e tem meios para custear a dormida num hotel de cinco estrelas, não é por aí que lhe vai pesar na carteira até o pagamento de uma taxa mais alta. E depois, outra dúvida relativamente aqui ao artigo nono, onde fala nas



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



despesas administrativas dos operadores na cobrança da taxa. Portanto, fala-se aqui que os operadores têm direito ao valor de dois e meio por cento sobre o valor cobrado. E depois sobre este valor, portanto este valor é abatido relativamente às taxas que arrecadaram no mês anterior e sobre este valor ainda é cobrado IVA. Portanto, parece-me a mim que há aqui ainda a cobrança de um imposto sobre a taxa municipal, e gostaria que explicassem um bocadinho melhor esta questão. Disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, ora bem, estamos aqui hoje reunidos para discutir um assunto de suma importância para o futuro de Portimão, que é a eventualidade da implementação de uma taxa municipal turística. -----

-----Quanto a nós, este é um tema complexo, multifacetado e que merece uma análise cuidadosa e ponderada, levando em conta todos os potenciais benefícios, mas também os desafios associados à implementação desta medida, tanto em época alta, como quer durante a época baixa do turismo. Mas permitam-me que antes desta análise faça aqui um pequeno reparo e um pequeno lamento, que este tipo de documentos e outros deste género não sejam previamente trabalhados em sede das comissões desta Assembleia Municipal, pois creio que poderíamos contribuir para a construção de melhores propostas mais enriquecidas com a participação de todas as forças políticas na construção deste tipo de documentos. Fica aqui uma sugestão para que no futuro possamos trabalhar previamente estes documentos de forma concertada, mas passando à análise em concreto, começemos por destacar os argumentos que apoiam a implementação de uma taxa turística durante a época alta do turismo em Portimão. -----

-----Primeiramente, devemos considerar que a taxa turística como uma fonte adicional de receita para o município, cujos recursos arrecadados podem ser direcionados para o financiamento de projetos essenciais para o desenvolvimento das infraestruturas turísticas, de programas de desenvolvimento local e de iniciativas culturais ou de conservação ambiental. Além disso, consideramos também justo que os turistas que usufruem dos nossos serviços e das infraestruturas de Portimão até pelas razões aqui já invocadas pelo deputado José Figueiredo, contribuam de alguma forma para o seu financiamento, aliviando desta forma a carga fiscal que recai sobre os portimonenses. -----

-----Adicionalmente, a introdução de uma taxa turística pode contribuir também para regular o fluxo de turistas, especialmente durante o período de maior afluência, ao desencorajar a sobrelotação e promovendo desta forma uma experiência turística mais sustentável e de mais qualidade, da qual beneficiariam quer os nossos visitantes, quer tamanha comunidade local. Esta medida pode ainda ajudar a atrair um tipo de turista mais consciente, de maior poder de compra, favorecendo assim um turismo de qualidade em detrimento do turismo de massas e dos problemas daí adjacentes. Meus senhores, minhas senhoras, mas se existem estas vantagens já mencionadas, também devemos reconhecer os desafios e as preocupações associadas à implementação de uma taxa turística, principalmente durante uma época baixa no turismo no município de Portimão. Durante esse período, os turistas podem ser mais sensíveis aos custos adicionais e que podem afetar a decisão de visitar a nossa cidade, para além de darem uma perceção negativa aos visitantes, prejudicando assim a imagem de Portimão como destino turístico, acolhedor e hospitaleiro. Além disso, essa



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



medida pode ser vista como uma barreira adicional para os turistas de baixo rendimento, excluindo-os do acesso a destinos turísticos como Portimão mesmo durante o período da época baixa. Nesse sentido, o Partido Social Democrata defende que a implementação da taxa turística municipal durante a época alta pode ser considerada aceitável, desde que seja cuidadosamente planeada e comunicada aos visitantes de forma transparente. No entanto, já não partilhamos da mesma visão relativamente à implementação desta taxa durante a época baixa, mesmo com um desconto significativo. Durante a época baixa percebe-se o PSD, ser crucial manter Portimão competitivo em relação aos outros destinos turísticos que não cobram uma taxa municipal, de modo a não gerar potenciais impactos negativos quer na economia local, especialmente nos negócios como restaurantes, hotéis ou lojas que estão muito ligadas à atividade turística. -----

-----A introdução de uma taxa adicional pode desencorajar os turistas a escolher Portimão como destino, o que teria um impacto ainda prejudicial no setor bastante afetado já pela sazonalidade, criando assim ainda mais dificuldades na atividade económica e na criação de emprego nesta região. -----

-----Para o PSD de Portimão, o PSD de Portimão acredita firmemente que a Câmara Municipal deve adotar medidas que promovam um turismo sustentável, de qualidade, mas sem esquecer o combate à sazonalidade turística que afeta a nossa região, sendo contra uma visão redutora concentrada apenas na arrecadação de receitas adicionais através de uma taxa turística. Gostaríamos que fossem criadas condições que permitam acima de tudo manter os nossos hotéis e toda a atividade turística a operar o ano inteiro e não contribuir para que muitos continuem a suspender a sua atividade na época baixa e a remeter os seus trabalhadores para o desemprego e para a precariedade laboral. -----

-----A Câmara Municipal tem o dever, deve procurar formas de apoiar os estabelecimentos hoteleiros e os negócios locais durante estes períodos de menor atividade turística e não criar ainda mais dificuldades a este setor, principalmente quando estamos a falar que caso a taxa não fosse cobrada durante a época baixa, ao todo isso representa simplesmente dez por cento das receitas que o município se prepara para arrecadar com estas taxas. Acho que é um valor do qual podemos facilmente abdicar. -----

-----Caros membros desta Assembleia, concluo manifestando que como sempre o PSD está disponível e está comprometido em trabalhar em prol dos elementos sustentáveis do turismo na nossa cidade, apoiando todas as iniciativas nesse sentido desde que a implementação das mesmas resulte num benefício para os nossos concidadãos e para os empresários locais e não para o seu contrário. Desta forma, termino perguntando se isto é um documento fechado, se é possível ainda haver alterações, porque nós achamos que o pagamento na época baixa não é aceitável, gostávamos que fossem criados escalões por tipo de alojamentos e assim como rever a aplicação dos fundos obtidos através desta cobrança. Estamos aqui disponíveis para trabalhar, para trabalhar para um documento que queremos que ainda seja melhor, concordando na sua essência com este, mas que gostávamos julgo em melhorar. Muito obrigado. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, senhora Presidente, se me dá licença neste tema, eu darei a palavra ao senhor Vice-Presidente que é ele que o domina. Faça favor. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que na realidade, ainda agora quando se falou também que esteve em consulta pública e os contributos que enviaram, receberam contributos da Região de Turismo do Algarve, da AIHSA, da AETA, do senhor vereador Luís Carito e que foram muitos deles foram vertidos nesta taxa e, portanto, os senhores membros desta Assembleia têm os documentos onde estão também os contributos que foram recebidos. -----

-----Depois, dizer que falamos muito na época alta e época baixa, esta época alta e época baixa foi muito discutida na AMAL e foi também uma proposta da Região de Turismo da AIHSA e da AETA, a divisão em época baixa e época alta, embora alguns municípios do Algarve não ovão fazer como é o caso, por exemplo, de Faro que já tem a taxa turística em prática e Vila Real de Santo António também, Faro não tem época alta nem época baixa, tem só um valor que está definido e é para o ano todo. Pensamos também que no trabalho que foi feito, tanto em Vila Real como em Faro, não foi pela introdução da taxa que perderam mais turistas e, portanto, aliás, Vila Real até tem demonstrado uma eficácia no turismo e tem trabalhado muito também com os turistas. -----

-----Depois, dizer ao senhor deputado João Caetano, esta preocupação também tínhamos a nível jurídico e por isso utilizámos as taxas e o método que foi feito em Lisboa, porque com isto já tinha ido à provedora de justiça e o parecer da provedora de justiça tinha sido positivo, e é o trabalho que tem estado a ser feito pelo Algarve, que tem estado a ser feito com base no que foi feito em Lisboa e é esse o trabalho que tem sido feito e que foi, não, não, a referência temos nós nos trabalhos que fizemos. Foi trabalhado em função do regulamento que estava a ser feito em Lisboa e que já tinha sido alvo de parecer da provedora de justiça e que tinha sido positivo e por isso é que fomos fazer, aliás, no Algarve todo está neste modelo. Albufeira, por exemplo que tem estado a trabalhar também já para a implementação da taxa turística, tem estado a trabalhar no mesmo modelo. -----

-----Depois, falámos aqui em Barcelona, Barcelona tem uma taxa turística mais alta que a nossa nalgum setor, tem a divisão dos setores, mas tem a taxa turística maior do que a nossa. -----

-----Depois, queremos criar o Conselho Consultivo, porque acho que é muito importante o Conselho Consultivo e depois não podemos consignar a verba no que é que o queriam. Aliás, a AMAL muitas dessas verbas já queria que pudessem ser consignadas para alguns projetos. Não pode ser e, portanto, vai ser com este Conselho Consultivo é que depois vamos ver onde é que vamos locar a verba que vai ser tirada com a taxa turística. Aí, sim, depois virá à reunião de Câmara e virá à Assembleia também as verbas que vamos receber. -----

-----Quanto às isenções, às isenções, na realidade temos aí algumas isenções como é o caso também por motivos de força maior. Quando falou nas isenções a senhora deputada Marta Caetano, por motivos de força maior, é possível a isenção também, assim como pela Proteção Civil e como por todos estes casos. Portanto, temos isenções definidas também na nossa taxa. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Depois, quanto ao IVA, o regime de IVA, isto está a ser cobrado como uma comissão e como tal está sujeita a IVA. Também não queríamos estar a receber o dinheiro do IVA, mas isto está sujeito a IVA e é por isso que temos que o receber. Tenho dito, senhora Presidente. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, quando se fala em turismo de massas e que a taxa é para combater o turismo de massas, eu continuo a ver na comunicação social que Portimão vai ter mais três mil quartos, vai ter mais treze unidades hoteleiras, por isso fico assim um bocado equivocado se queremos turismo de massas, se não queremos porque é que vão existir mais três mil quartos e mais treze unidades hoteleiras? É isso que fico assim um bocado baralhado com este tipo de turismo de massas. -----

-----Praias sujas, então Portimão faz concertos dentro da praia, da praia da Rocha e até prejudica os próprios turistas que vão começar a pagar os dois euros que vão ter a praia ocupada, uma grande extensão da praia ocupada, as próprias pessoas que têm os negócios ficam com a parte da frente da praia durante quase um mês com os concertos à frente deles, mas também muitos turistas não ficam naqueles comércios porque não têm vista para a praia, têm vista para um amontoado de gente, e não só, de barreiras, não se percebe, quando a gente não tem as praias limpas o próprio concelho é que faz com que as praias estejam ocupadas com aquele tipo de concertos e Portimão tem outros sítios para fazer esse tipo de concertos, não se percebe como se continua a fazer ali. -----

-----Outra situação que queria falar aqui também e que já foi dito e bem que vai ser um bocado também para a universidade e não só, devia ser também para os cursos profissionais, para os profissionais que ficam em casa quando está no processo de profissionalização que não têm só um contrato de seis meses, de nove meses, que esses três meses tenham um curso de aperfeiçoamento da sua profissão e que sejam pagos para que consigam ter um ordenado ou um rendimento anual médio para conseguirem fazer a sua vida e não só, para conseguirem também ter crédito para comprar as tais casas a custos controlados. Para já fico-me por aqui, tenho dito. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/NósCidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que agradece o esclarecimento que o senhor Vice-Presidente deu, mas, enfim, a par de outras intervenções, nomeadamente aqui da bancada do PS, ficou na mesma porque não conseguiu perceber da resposta e das intervenções que ouviu qual é a contrapartida específica que os turistas que vão pagar a taxa vão receber. Enfim, o senhor disse-me que é o modelo de Lisboa e eu estou a discutir a taxa turística de Portimão, não é a de Lisboa e centrei-me aqui no regulamento e na proposta de regulamento de Portimão, e contrapõe-me com um parecer da provedoria de justiça, a provedoria da justiça não dá pareceres, faz recomendações tanto quanto sei, mas ó senhor Vice-Presidente, eu contraponho com o acórdão do tribunal constitucional em relação à questão da taxa e do imposto que diz assim, e digo qual é o número do acórdão 84/2017, diz assim, «contrariamente ao imposto, a taxa constitui uma prestação pecuniária exigida por uma autoridade pública, em contrapartida da prestação administrativa efetivamente provocada ou aproveitada pelo sujeito passivo, assumindo uma



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



natureza sinagomática ou bilateral» e, portanto, isto pressupõe que eu pago a taxa enquanto turista, porque dormi em Portimão numa unidade hoteleira, eu tenho que saber concretamente qual é o aproveitamento que vou ter ou qual é o serviço que me vai ser prestado. Ora, isso não está aqui minimamente demonstrado, os senhores elencam aqui uma série de equipamentos para os quais é necessário pagar uma tarifa independentemente de eu pernoitar em Portimão ou não, é o turista, o museu. Um turista que venha a Portimão que não durma em Portimão, que visite Portimão paga uma taxa como paga quem pagou a taxa turística e, portanto, há aqui uma série de equivalentes que estão aqui elencados que são indiferentemente pagos independentemente de dormir ou não em Portimão. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **Ricardo Cândido**, só aproveitar para responder aqui ao comentário, não é passar a mão no pelo, é pele, é pele, não é pelo, apesar de ser pelos animais é pele e não é passar a mão, isto foi acordado na conferência de líderes, portanto não é uma questão de passar a mão no pelo, foi acordado com todos, estavam lá todos presentes e o PS comprometeu-se porque eu referi que era necessário mais tempo para que os partidos pequenos pudessem expor as questões que tivessem, só dar essa nota. -----

-----Senhor Vice-Presidente, na sua resposta que acabou por não responder, acabou por dizer que depois irá a reunião de Câmara. A minha pergunta é qual é que é a estratégia? Compreendo que irá à reunião de Câmara e a Câmara irá apresentar e também não lhe estou a pedir projetos concretos, mas certamente o executivo terá uma ideia daquilo que pretende fazer, porque temos pelo menos no documento uma visão de que será para a promoção de um município como destino turístico. Ok, muito bem, a minha questão é apenas isto, as receitas serão apenas para esta, a estratégia que está pensada por detrás desta taxa é apenas isto, ou se existe algo mais? Se existir, se puder dar aqui umas breves notas, agradecemos. Disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, já agora em tom de brincadeira, eu gostaria de saber também, os barcos que entram na marina que vão lá pernoitar também pagam taxa turística, também são barcos de milhares de euros, gostaria de saber se estes turistas também pagam taxa turística que eu não vi aqui elencado essa situação. -----

-----A outra situação que eu gostava, era mais essa também, acho que já devia de estar aqui, também saber mais ou menos onde é que a Câmara queria investir o dinheiro, já foi dito que aqui na formação profissional acho que é bastante interessante, mas gostava de ver elencado os outros, para onde é que vai o resto do dinheiro. Gostaria que uma parte desse dinheiro fosse lá para o jardim Gil Eanes que aquilo também temos lá muitos turistas, mas são turistas sem tenda, gostaria que também o largo Gil Eanes fosse arranjado o mais rapidamente possível, e acabar com aquele turismo ali naquela zona ou pelo menos pagarem taxa. -----

-----Outra situação que gostava de ver aqui... -----

-----Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer ao senhor deputado que estão a discutir o regulamento municipal e, portanto, não, não, desculpe, estamos a discutir... é óbvio que os senhores deputados têm a liberdade de fazer a intervenção que bem entenderem, mas



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



também têm a obrigação de se ater àquilo que estamos a discutir e estamos a discutir o regulamento municipal com todas as suas incidências, objetivas, subjetivas, tudo o que entender. Agora, eu acho que temos que ser o máximo de objetivos para ter uma discussão rigorosa e séria sobre o tema que estamos a ter. Peço desculpa, mas tinha que fazer esta intervenção. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, e é séria, quem trabalha ali sabe bem o que é que passa ali e os turistas também passam ali porque está ali a estação de comboios também, é uma parte turística muito importante da cidade de Portimão e que está completamente ao abandono. -----

-----Outra situação que eu quero demonstrar aqui também, eu como turista pessoalmente ao pagar a taxa turística não tenho qualquer benefício, nunca tive em lado nenhum tanto no Algarve, como em Lisboa ou noutro sítio, qualquer motorista que vai pagar a taxa turística não vejo nenhum benefício senão ser uma taxa e uma angariação de ninharias para que as pessoas que vivem lá também não têm qualquer, não noto que as pessoas vão ganhar alguma coisa com isso, com essa taxa turística, não se nota isso nas populações que eu conheço e que já passei não vejo as pessoas a terem algum benefício da taxa turística. Umas já foi dito aqui e bem, era baixar os impostos, principalmente o IRS, a participação do IRS era uma das maneiras que as pessoas podiam ver a taxa turística refletida no bolso deles. Tenho dito. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, para dizer que volta à primeira forma e à primeira pergunta. Pegando nas palavras e nas declarações da comunicação social da senhora Presidente da autarquia, que esperava e espera arrecadar alguns milhões de euros com esta receita, são perto de três milhões e qualquer coisa. Aqui o que nós pretendemos e passo a citar, aquilo que nós pretendemos é «primeiro fazer a divulgação do destino turístico de Portimão como um destino turístico atrativo e atraído cada vez mais outros mercados turísticos para o nosso município». Portanto, é pressuposto aqui já uma intenção de esta verba e este valor promover mais atratividade de outros mercados, de outros destinos. Portanto, isto de certa forma até concorre um pouco com aquilo que o senhor deputado José Figueiredo dizia há um bocado que o turismo é uma coisa má também, que o turismo também muitas vezes tem um efeito negativo mas, por outro lado, depois temos a senhora Presidente da autarquia a querer investir este valor noutros mercados. A pergunta é, qual é o mercado, que tipo de atração é que pretendem fazer lá fora, porque supostamente está implícito aqui uma estratégia. -----

-----Depois, por outro lado, dizer outra coisa, nós não nos podemos esquecer que a autarquia é uma autarquia endividada e a dívida continua a pairar aqui em todas as deliberações, quer com a anterior, quer com esta, portanto há aqui, eu percebo que, enfim, o turismo é uma salva, é uma tábua de salvação e um ganha-pão dos algarvios e nomeadamente em Portimão, temos o problema do mono setor do turismo e, portanto, eu percebo que a AMAL e a autarquia de Portimão veja aqui uma grande possibilidade de arrecadar três milhões e duzentos mil euros através desta taxa, independentemente do que se disser, do que se pensar e das justificações e explicações que se possam aqui dar. Portanto, isto cai que, enfim, nem uma cereja em cima do topo do bolo, três milhões e duzentos mil euros vêm de receita. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Agora, a questão é para onde é que vai esta receita e na fundamentação que aqui está, uma das coisas que diz é exatamente que esta receita vem de certa forma desorçamentar o total de encargos do setor do turismo na autarquia de Portimão, que são nove milhões de euros, aliás está aqui bem explícito que diz, nove milhões e setecentos mil euros, dos quais vai receber três milhões na taxa turística, portanto nos encargos a executar pelo município passam a ser só de seis milhões. A questão aqui se há desorçamentação nestes encargos, para onde é que vão estes três milhões e qual é o destino que vão dar, e isto serve para quê, para diminuir IMI em Portimão, serve para diminuir a derrama, serve para diminuir mais alguns impostos, serve para pagar dívida. Portanto, eu acho que há aqui, tem é que se entender, tem é que se definir qual é que é a estratégia de aplicação desta taxa, porque a própria taxa também serve para, segundo dizem aqui na fundamentação para ultrapassar todos os problemas e toda a negatividade da carga turística e da pressão turística que exerce no Algarve e até em Portimão até se justifica aqui que, enfim, questões ambientais, questões de edificado, os senhores têm contribuído para o mau edificado de Portimão nos últimos anos que eu me lembro desde que cá estou e, portanto, aqui qual é que é o planeamento, qual é que é a estratégia, qual é que é a definição que vão fazer com a aplicação que não passa só por esta questão da aplicação do dinheiro em grandes eventos, nomeadamente no MotoGP e outras questões. Tenho dito, obrigado. -----

-----Pedi o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, é bem conhecida a posição da CDU nesta questão, logo não poderíamos acompanhar esta deliberação, desde logo porque somos contra, a nossa posição é contrária à adoção de uma taxa municipal turística, porque consideramos que esta taxa consubstancia na prática um imposto “encapotado” ao faltar-lhe natureza bilateral, comutativa e sinalagmática, por não proporcionar contrapartidas específicas ou concretas ao sujeito passivo e como tal ao tratar-se de um imposto, terá que ser instituído por lei da Assembleia da República ou por decreto-lei do governo munido de autorização legislativa na Assembleia da República (artigo 165º nº 1 alínea t) CRP, em concretização do princípio da legalidade fiscal consagrado no artigo 103º da CRP, e não pela AMAL ou por cada Município . Portanto, consideramos assim, aliás basta analisar os próprios fundamentos desta proposta e que nos levam para a criação deste tributo não configuram contrapartidas específicas e concretas para o individuo que efetua o pagamento da taxa municipal turística, sendo de carácter geral e beneficiando a generalidade da população de determinado município seja ele residente, visitante com pernoita ou visitante ocasional. Consideramos, aliás, que esta taxa poderá “ferir” a constitucionalidade, aliás como já outra taxa que aqui foi discutida e depois retirada, a da Proteção Civil. Para nós, a criação desta taxa redundará num fator de maior desigualdade territorial e de aprofundamento das assimetrias, ferindo ostensivamente a tão difundida e anunciada coesão territorial, para além de introduzir efeitos contraproducentes na promoção da atividade turística, como, aliás hoje foi nesta sala denunciado por um munícipe e, também já denunciadas por diversas entidades representativas do setor. -----

-----Consideramos que as insuficiências financeiras das autarquias locais não deverão ser ultrapassadas com a criação de novas taxas e impostos, devendo sim exigir-se que governo assuma os seus deveres



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



constitucionais, designadamente na promoção e respeito da autonomia local, dando efetivo integral cumprimento à lei das finanças locais. -----

-----Discordamos da política recorrente dos municípios algarvios se substituírem ao Estado Central na assunção das mais variadas despesas, na educação, na saúde, nos transportes, na habitação. O que se deve exigir é que o governo cumpra com as suas obrigações constitucionais realizando investimento público para o bem das populações, promovendo assim a defesa dos interesses da região do Algarve. Consideramos que se formos capazes de todos de nos unir e entendermos para exigir do governo aquilo que compete ao governo em defesa das nossas populações. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho** **Alambre Bila**, basicamente são em três grandes vertentes, que é na promoção, no espaço público e nos eventos e se vir aí conforme também foi proposto na página doze e página treze, têm lá definidos também a base do que é que vamos propor. O Conselho Consultivo é importantíssimo também com a ATP de Portimão e com todos os empresários que lá estão para depois canalizarmos verba e na AMAL será muito importante criarmos os grandes eventos em conjunto. A senhora Presidente quando falou de grandes eventos, na AMAL já tem sido falado o MotoGP, torneio de Golf e outros eventos que depois possam ser apoiados a nível regional e, portanto, esses eventos vão ser apoiados a nível regional e vão ser decididos em conjunto na AMAL e com as associações, com a Associação de Turismo e com as associações também do setor e é este o enquadramento que vamos fazer com a taxa turística. -----

-----O Conselho Consultivo em Portimão vai ser muito importante também para apoiar naquilo que vamos gastar a verba que vamos receber. Tenho dito, senhora Presidente. -----

A marina não senhor, nem a marina, nem os cruzeiros. Achamos que o setor ainda não estava neste momento com uma grande capacidade para podermos, isto foi feito a nível regional também, isto foi decidido a nível regional e, portanto, as marinas nem o porto de cruzeiros neste caso o nosso em Portimão, ainda não estão contempladas na taxa turística. Futuramente poderão estar, como em Lisboa também não estavam e agora já vão ter que pagar também a taxa turística, os cruzeiros vão ter que pagar em Lisboa também. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, ó senhor Vice-Presidente, eu estive aqui neste período em que não estive a intervir, estive aqui a fazer uma busca na internet e se calhar por falha da provedoria da justiça no site da provedoria não tem lá parecer nenhum sobre taxa turística nenhuma e, portanto, eu voltava a colocar a questão inicial. Eu gostava que o senhor nos dissesse a todos qual é a contraprestação concreta que os utentes, os turistas, utentes dos alojamentos hoteleiros em Portimão vão usufruir com o pagamento pela taxa turística. Concretamente qual é o serviço, qual é o benefício concretamente que vão beneficiar por terem pago a taxa. Eu gostava que nos dissesse isso. Muito obrigado. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, falou-se na criação do Conselho Consultivo. Porque é que não faz parte do regulamento? Deveria fazer, era uma formalização, porque senão é um processo de intenção outra vez. -----

-----Depois, outra questão. Há aqui a uma determinada altura, a uma determinada fase do projeto financeiro que participação na Associação de Turismo de Portimão com a correspondente afetação dos recursos para o desenvolvimento. Que tipo de comparticipação vai haver ou que existe vai ser, a dotação se vai ser maior e que tipo de ação é que esta Associação do Turismo de Portimão pode fazer relativamente àquilo que é mais um encame a propósito desta taxa turística. Tenho dito. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que a Associação de Turismo de Portimão, o trabalho que faz é mais na promoção do município e, portanto, quem faz a promoção do município a nível turístico é a nossa Associação de Turismo de Portimão. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, parto do princípio que há uma espécie de um acordo interadministrativo de transferência de competências da autarquia para esta associação, não é? Ok. Então, eu gostava e fica já para ficar lavrado em ata, nós vamos pedir também e porque temos alguma curiosidade, curiosidade e não só e perceber, o relatório de atividade desta associação nos últimos tempos e de que forma tem contribuído e tem sido um parceiro no desenvolvimento do turismo de Portimão. -----

-----Eu terminava com esta questão que é, a senhora Presidente mais uma vez também nesta declaração que faz à TSF diz exatamente isto e passo a citar, «a taxa de turismo em Portimão é extremamente justa, até porque a cidade tem de responder a uma grande pressão na época de verão». Mais uma vez a época de verão e a questão é, mas tem que responder com esta taxa do turismo à grande pressão, mas que pressão? Trabalho qualificado, problemas de habitação e da sazonalidade, problemas que vamos criar mais camas hoteleiras em Portimão e vêm mais hotéis e o problema é da habitação para estas pessoas todas? Vamos falar que é dos serviços de turismo e é a grande pressão que pode contribuir negativamente, enfim, há grande pressão, o que é que é isto da grande pressão? Mais uma vez eu denoto é que muitas vezes diz-se muita coisa, mas não se diz nada. Na prática o que nós achamos, é que exatamente o objetivo é arrecadar três milhões e qualquer coisa com seiscentos mil euros e depois logo se vê. Tenho dito, obrigado. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **Ricardo Cândido**, infelizmente acabei por ficar desiludido com a resposta que o senhor Vice-Presidente acabou por nos dar, que acabou por confirmar que basicamente as receitas serão para a divulgação, ainda que seja de uma parte de um lado, outra parte do outro materiais, ou seja, a nível regional, mas em termos do impacto ambiental que a atividade e o setor tem no nosso município foi, pelo menos da resposta que me deu, eu fiquei pela perceção que será zero ou residual. É com alguma tristeza que oiço essa resposta, até porque no seguimento anterior parecia que havia essa abertura, mas a resposta que foi dada não é bem nesse sentido, mas o senhor Vice-Presidente poderá dar a resposta, reforçando que se será ou não, porque pelo menos fiquei com essa ideia. Disse. ---



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, ó senhor deputado, cada vez queremos um município mais sustentável e também um turismo cada vez mais sustentável e, portanto, julgo que se vir os documentos todos já estão aí, está explanado desde a iluminação pública, a transportes, até isso já está tudo aí, consegue ver e, portanto, sim, mas está aí, podemos também utilizar a taxa para melhoramentos do espaço público em Portimão e, portanto, é isso, cada vez queremos um espaço público também mais sustentável, como tal, também podemos utilizar e deixo que a comissão depois decida. Agora, não íamos criar uma comissão sem primeiro termos a taxa aprovada ou não. Agora, se calhar queriam, fazíamos já a comissão. Tenho dito, senhora Presidente. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, eu gostava de ouvir a resposta à pergunta que coloquei repetidamente ao executivo, mas eu gostava que desse uma resposta concreta, mas, enfim, parece que... -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que a resposta, o executivo já tomou a posição e, portanto, já respondeu. Não, não, não é isso que eu estou a dizer. O executivo tem a liberdade de responder como entende e já respondeu, considera que está respondido, portanto a Mesa nada mais tem a dizer sobre isso. -----

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro** submeteu à votação o **ponto 2-b)** Discussão e votação do Regulamento Municipal da Taxa Turística de Portimão, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº889/23**, tendo obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	0	0	0	0	1	0	16
ABSTENÇÕES	0	5	3	0	2	0	0	0	10
VOTOS CONTRA	0	0	0	2	0	1	0	0	3

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) -----

Foi aprovado, **por maioria**, o Regulamento Municipal da Taxa Turística de Portimão, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº889/23**. -----

-----Não esteve presente a senhora Deputada Municipal Independente Ângela Quadros. -----

-----**No Seguimento desta votação, a bancada do Chega, apresentou uma declaração de voto que a seguir se transcreve na íntegra:** «Temos entendimento que a taxa turística é uma receita com objetivos específicos de reinvestimento no sector do Turismo e na melhoria do espaço urbano e dos equipamentos públicos afetos à atividade. -----

Suscitam-nos muitas dúvidas quer sobre o destino, quer sobre o valor definido da taxa exposto nesta deliberação, assim como a sua taxação. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



A falta de instrumentos de isenção a um conjunto de situações decorrentes de pernoita em situações não turísticas, as quais deviam estar incluídas na presente deliberação e não estão incluídas assim como várias lacunas ao nível das exceções. -----

Não há uma estratégia para reduzir a economia clandestina das camas paralelas e o valorizar o sector hoteleiro no concelho de Portimão. Ao invés, taxa-se o sector do alojamento local, com mais impostos, reduzindo a competitividade do sector na região, conduzindo o mercado para a precaridade de rendimentos e empurrando o sector para a economia paralela. -----

A presente deliberação não responde às questões colocadas nem suprime as lacunas identificadas, a presente taxa turística de Portimão é mais um instrumento de cobrança de uma taxa (imposto) sendo claramente objetivada apenas como mais uma "receita" -----

O Município de Portimão não tem uma estratégia para a referida receita, tem neste momento cerca de 60 milhões na conta corrente por isso também será questionável no contexto atual o reflexo da sua utilidade e se será elemento atrativo ou contrário. -----

Ao ser questionado, o executivo não foi claro sobre o destino efetivo dos cerca de 4 milhões de receitas prevista através desta taxa. -----

Parece-nos que o executivo do Partido Socialista quer continuar a alocar a referida verba apenas para fins de cariz festivo e apoio ao Autódromo Internacional do Algarve, onde curiosamente nenhum dos concelhos limítrofes faz qualquer investimento! -----

O partido CHEGA defende que o município devia efetuar um plano para o turismo no concelho de Portimão e posteriormente aplicar as verbas necessárias de acordo com critérios e respeitando os instrumentos de ação (Plano). -----

É inegável a degradação do espaço urbano colocando em risco uma melhor experiência de fruição pelos munícipes e pelos turistas que visitam todos os anos a cidade, nomeadamente na época alta. -----

Relembramos que na "taxa municipal turística", o serviço público é prestado e os bens públicos disponibilizados a todos os que frequentam o concelho de Portimão e não, apenas, aos turistas, motivo pelo qual está posta em causa a bilateralidade, visto que a prestação administrativa se torna apenas possível ou eventual. -----

"Conceber que cabem no conceito de taxa quaisquer condutas administrativas de que resulte um benefício para o particular, sem que corresponda verdadeiramente a uma prestação efetiva, é descaracterizar o conceito de taxa, destruindo o cariz bilateral e impedindo a exigibilidade. Esta taxa turística, não tendo caráter bilateral, deve ser considerada um imposto. "-----

Pelos motivos apresentados, entre outros, o partido CHEGA vota contra a deliberação!» -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, o **ponto2-c)** Discussão e votação do Regulamento Municipal de Licenciamento de Jogos de Fortuna ou Azar e Outras Formas de Jogo, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº804/23**, declarando abertas as discussões para quem pretendesse usar da palavra. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, para dizer que teria aqui umas perguntas a fazer também ao executivo. Que contrapartidas irá ter o município com esta transferência de competências? Qual a secção municipal que irá gerir e fiscalizar os jogos de fortuna e azar. -

-----A secção de metrologia, e repito metrologia, já está a funcionar para averiguação de tempos, medidas e percentagens legais de lucro dos jogos? Até há pouco tempo a secção estava encerrada por falta de pessoal. Penso até que requisitámos serviços de um metrólogo em Lagoa para fazer os serviços em Portimão. Ora, nem os serviços de Portimão, nem os de Lagoa seriam a meu ver, bem efetuados. E quem irá suportar os honorários dos agentes da autoridade que monitorizam e fiscalizam o realizar dos respetivos sorteios? Será o município ou os promotores? Obrigado, tenho dito. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **Ricardo Cândido**, para dizer que as questões que tinha já vêm também no sentido da intervenção do senhor Mário Espinha da bancada do Chega, é relativamente à fiscalização dos próprios concursos, não mesmo do sorteio que aqui é definido como sendo acompanhado por um agente de autoridade, que acompanho a questão do senhor Mário Espinha, quem é que irá proceder ao pagamento desses honorários, mas também a questão de quem é que irá fiscalizar o próprio concurso em si. A análise do que aqui está feito, pelo menos daquilo que consegui analisar, é que penso que em lado nenhum diz, apenas o que aparece é relativamente ao pedido de autorização, mas e depois a fiscalização não sei se não é feita ou por quem é que será feita, porque um dos problemas que temos no nosso município é a falta de fiscais, penso que talvez não seja pelos serviços de metrologia, penso que para um âmbito diferente, mas talvez para alguns fiscais, se eles existem, se está previsto e a própria fiscalização da atividade da venda destes bilhetes, dos bilhetes ou das senhas, ou do que for, porque aquilo que vemos no verão e que o turismo de massas acaba por nos trazer para o nosso município, é que quando chega a altura do verão vemo-nos no nosso município um bocadinho invadidos por muitas associações de fins não lucrativos que muitas vezes não se sabe muito bem de onde é que elas vêm, que vêm fazer tanto peditórios, como vendas que ninguém percebe muito bem de onde é que as coisas vêm e quem é que vai fiscalizar isto, sendo que parece-me que é uma competência, com este regulamento é uma competência do nosso município. Pergunto se este é o caso e se temos capacidade para fazer essa fiscalização. Disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, senhora Presidente, dado o adiantado da hora e de certa maneira também a especificidade da matéria, dir-se-ia que o regulamento municipal de licenciamento de jogos, ele surge exatamente no âmbito da descentralização de competências e consequentemente, portanto são aspetos que estão de certa maneira regulados. Portanto, a nós PS este regulamento de licenciamento de jogos não nos oferece dúvidas, o PS sente-se confortável, enfim, com os suportes anteriores a esta apreciação, nomeadamente o período da consulta pública, a discussão pelo executivo municipal permanente, pela unidade orgânica responsável pela gestão deste licenciamento e naturalmente dos consultores responsáveis para a elaboração da proposta. Portanto, a seu tempo naturalmente que no seio da implementação do regulamento colocar-se-ão questões e dificuldades a alguns estrangulamentos na sua aplicação, naturalmente que sim, mas cá estaremos obviamente para apoiar



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



o executivo no seio das alterações que porventura se justifiquem ou que se configurem adequadas. Disse, muito obrigado, senhora Presidente. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que gostaria de saber se neste, ele não viu aqui neste regulamento, mas gostaria de saber se é preciso mesmo ter inspetores do Estado para fiscalizar estes jogos, porque no casino existem inspetores mesmo do Estado a inspecionar o jogo. Agora, pergunto se vão ter que ter mesmo aqui inspetores mesmo da parte do ministério ou da Câmara. É que não é só simplesmente fiscais, tem que ser mesmo inspetores, por exemplo, no casino de Portimão da praia da Rocha tem mesmo inspetores do ministério a inspecionar o jogo. Eu venho perguntar se aqui vai ser a mesma coisa, se é necessário ou não. Tenho dito. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, nós achamos que esta é uma matéria complexa e simultaneamente perigosa. Aliás, a transferência de licenciamento dos jogos da fortuna ou azar e outras formas de jogo para os municípios portugueses é uma questão como eu já disse complexa e envolve diversos aspetos legais, económicos e sociais. Não só a autonomia desta matéria, mas também os impactos económicos, por um lado os municípios podem ser beneficiados economicamente através da arrecadação de impostos e taxas relacionados com o licenciamento, mas por outro lado há um risco de que a dependência dessas receitas leva a uma política menos restritiva em relação ao jogo e que poderia ter consequências negativas. -----

-----É importante que esta transferência seja acompanhada de diretrizes claras, formação adequada para os funcionários municipais responsáveis e uma avaliação contínua dos impactos sociais e económicos desta transferência de competências, porque senão vejamos o seguinte que é, existe ou não adequação das autarquias locais para receber esta competência? Existe uma preocupação fundamental de saber se a autarquia está devidamente preparada para assumir esta competência, porque a falta de preparação adequada pode levar a dificuldades práticas significativas na gestão, exploração destas modalidades de jogo. Por outro lado, problemas sociais. O jogo pode levar a problemas sociais como todos sabemos com o aumento do vício em jogos e suas consequências negativas para indivíduos e famílias. Aliás, ultimamente tem havido muitos dados novos sobre o jogo em Portugal. -----

-----A gestão local dessas licenças exige uma consideração cuidadosa destes impactos. -----

-----Os riscos legais e regulatórios, porque a transferência implica a necessidade de uma regulação e fiscalização eficazes ao nível municipal. Há um risco de que diferentes municípios adotem abordagens divergentes ou insuficientemente rigorosas, levando a uma falta de uniformidade na aplicação da lei e potencialmente problemas legais. -----

-----A gestão local do licenciamento desses jogos pode resultar em impactos sociais negativos como o aumento dos vícios, como já referi anteriormente, aliás além de possíveis desigualdades económicas entre municípios com diferentes capacidades de atrair e gerir estabelecimentos de jogos. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----A descentralização da fiscalização pode levar a desafios de grande monitorização e no cumprimento das normas estabelecidas, especialmente em municípios com recursos limitados e espero que Portimão não seja um desses. -----

-----As pressões económicas sobre o município e a dependência de receitas provenientes do licenciamento. Volto a referir, isto dos jogos pode levar o município a adotar políticas menos restritivas e para nós esta é uma matéria extremamente importante, porque em relação ao jogo visando aumentar as receitas municipais, mas potencialmente exacerbando problemas sociais. Tenho dito. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **Ricardo Cândido**, há pouco esqueci-me de fazer uma ou outra questão que tinha aqui, que é, esta transferência de competências se é acompanhada de algum pacote financeiro na competência das transferências ou simplesmente é feita a transferência de competências. Disse. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, apenas para dar aqui duas respostas muito rápidas, porque de facto o assunto é tão simples que não me parece que mereça digamos aqui um debate extraordinário sobre este tema. -----

-----No artigo dois, o ponto um «Âmbito», é, «se atua nomeadamente rifas, tómbolas, sorteios, concursos publicitários, concursos de conhecimentos e passatempos». É que no número dois diz, «as modalidades referidas no número anterior não podem desenvolver temas característicos dos jogos de fortuna ou azar, nomeadamente póquer, frutos, campainhas, roleta, dados, bingos, lotaria de números instantânea, totoloto, totobola, o euro milhões, nem substituir os prémios atribuídos por dinheiro ou fichas». Está aqui, está aqui, são as rifas que os miúdos fazem nas escolas quando querem ir às excursões, é isto, são as tómbolas obviamente e para isto há o pagamento de uma taxa que consta do nosso regulamento de taxas. Já lá está no regulamento de taxas. Quem fiscaliza, são os nossos fiscais, obviamente. Quer dizer, coitados dos nossos fiscais agora também vão andar aí à procura das tómbolas e à procura das rifas, mas pronto quer dizer, eu vou dizer uma coisa, isto para mim era um assunto tão pouco importante que não lhe dediquei grande estudo nem grande aprofundamento, até porque também foi feito por uma empresa credível exatamente para que não pudesse ter aqui nada por onde se pudesse pegar e, portanto, está entregue ao departamento do Dr. Pedro Pereira, é o Dr. Pedro Pereira e a Dra. Sílvia que vão conseguir, não é, atribuir as rifas e essas coisas e as tómbolas. É disto que estamos a falar. Não vamos montar nenhum casino ali à entrada da Câmara, não vamos ter aqui uma sala com roletas e coisas do género, estejam tranquilos porque isto é uma coisa muito simples. Agora, obviamente quem fala, quem se dirigiu àquelas questões que nós encontramos muitas vezes na praia da Rocha, que é associações que nós não conhecemos de lado nenhum de âmbito nacional e que estão a fazer peditório em Portimão, aí nós já podemos intervir, porque até aqui quem lhes atribuía as licenças era o Ministério da Administração Interna, era a Direção Geral da Administração Interna que lhe atribuía as licenças e, portanto, andavam de Norte a Sul, como aqueles carros não sei se se lembram que andavam aí no cimo de uma carrinha, não é, os carros para os cegos que aquilo era uma burla autêntica, ou peditórios para bombeiros, tudo isso. Agora aí felizmente nós já podemos intervir, quando chegarmos à praia



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



da Rocha ou quando os senhores membros desta Assembleia Municipal chegarem à praia da Rocha e virem alguém a fazer um peditório perguntem, «têm autorização da Câmara»? Porque o que eles me diziam sempre, traziam um cartãozinho e diziam «ah! mas temos autorização do Ministério da Administração Interna». Foi exatamente por isso, porque nós várias vezes, eu devo dizer-vos, várias vezes falei com o Ministério da Administração Interna, sempre que tive a oportunidade a dizer que isto não se podia fazer, até porque nós não conhecemos as associações e, portanto, podem ser falsos peditórios, a maior parte eram falsos peditórios, muitas vezes nós descobrimos entre nós que andavam de Norte a Sul a pedir e alguns deles era para coisas menos lícitas para não dizer outras coisas e, portanto, agora finalmente as câmaras podem intervir nesse tipo de peditórios, porque fomos nós que os vamos autorizar e, portanto, isto tudo para nós é extremamente benéfico, veio em boa hora, veio resolver-nos um problema. Agora, estejam tranquilos que não vai haver aqui nenhuma roleta, nenhum gamão, nem sei bem o que isso é, podíamos se calhar pôr lá em baixo uma máquina daquelas de, como é que se chama? Qualquer coisa, pronto, mas não, nem isso, nem isso. Portanto, estejam tranquilos que de facto a Câmara de Portimão sabe aquilo que tem que fazer, aliás, também não pode fazer mais do que está aqui. Isto esteve em consulta pública, portanto as pessoas tiveram a possibilidade de dizer de sua justiça e devo dizer-vos que ninguém veio fazer nenhum comentário nem nenhuma proposta. Portanto, limpinho, limpinho, pelos vistos as pessoas acharam que estava bem. Muito obrigada, senhora Presidente e não tenho mais nada a dizer porque também não sei mais nada, pronto. Exatamente, como governadora civil dava as licenças, é verdade, é verdade. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **Ricardo Cândido**, por momentos no início da sua intervenção fiquei aqui um bocadinho, pensei que este regulamento não ia ser fiscalizado, mas a senhora Presidente começou assim com uma simplificação, a coisa era tão simples, tão simples, afinal chegamos ao consenso que afinal até tem aqui substância e interesse para o nosso município que este regulamento exista e que seja fiscalizado, porque aquilo que falou e bem que fui eu que referi das burlas que existia relativamente aos peditórios e mesmo a outros sorteios como aqui está e que estão dentro do âmbito, e a senhora Presidente no final depois acabou por dar alguma substância, afinal isto tem alguma substância e carece da sua fiscalização. A minha pergunta e venho na questão da fiscalização, é que aquilo que sabemos é que existe falta de fiscais no nosso município. A minha pergunta é se no futuro prevê o executivo abrir mais concursos para fiscais porque cada vez vemos mais coisas que é necessário fiscais. Disse, obrigado. -

-----Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, quem me dera poder abrir concursos para fiscais e ter fiscais para entrarem, porque como sabe essa carreira é uma carreira complicada, obriga a fazer um curso e, portanto, infelizmente não os há no mercado, porque se conhecer algum que nós possamos abrir uma candidatura, abrir um concurso e que esteja disponível para vir, diga se faz favor que a gente na hora abre um concurso, na hora não, mas num mês ou em dois meses, porque temos tantos concursos abertos que isto está difícil dar resposta a todos, mas é uma das carreiras em que temos falha e eu inclusivamente com a própria, portanto há um centro de formação que pertence neste momento à Associação Nacional de Municípios e várias vezes tentei falar com



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



eles, no sentido de podermos fazer a formação à distância inclusivamente para todo o Algarve e ainda estamos, digamos, em conversações para ver se conseguimos dar resposta, porque neste momento não há fiscais formados capazes de de facto se candidatarem aos concursos que a gente abre. É uma lacuna, é uma lacuna que nós temos, tal como não há engenheiros, não há arquitetos, abrimos os concursos e ninguém se candidata. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, sobre os fiscais, eu sei que um colega meu foi requisitado pela Câmara de Monchique e a Câmara de Monchique é que lhe pagou o curso, ele foi requisitado e como eu pertença à Caixa Geral, eu não estou a dizer que quero trabalhar para a Câmara, mas se der jeito, se me quiser requisitar até aceito, mas o meu colega acho que foi requisitado pela Câmara de Monchique, como ele ainda pertence à Caixa de Apresentações foi e esteve acho que seis ou oito meses, e depois é que começou a trabalhar, foi a Câmara que lhe pagou o curso. -----

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro** submeteu à votação o **ponto2-c)** Discussão e votação do Regulamento Municipal de Licenciamento de Jogos de Fortuna ou Azar e Outras Formas de Jogo, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº804/23**, tendo obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	0	2	2	0	1	0	20
ABSTENÇÕES	0	5	3	0	0	1	0	0	9
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) -----

Foi aprovado, **por maioria**, o Regulamento Municipal de Licenciamento de Jogos de Fortuna ou Azar e Outras Formas de Jogo, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº804/23**. -----

-----Não esteve presente a senhora Deputada Municipal Independente Ângela Quadros. -----

-----Não havendo mais intervenções e terminada a ordem de trabalhos prevista para esta reunião, quando eram vinte e três horas e cinquenta e três minutos, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro** deu por concluída a 1ª Sessão Extraordinária de dois mil e vinte e quatro, realizada no dia quinze de fevereiro, e para constar se lavrou a presente ata, que tem como suporte a transcrição dos registos fonográficos efetuados da gravação, de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, de acordo com o artigo setenta e um do Regimento.-----

De acordo com o instituído no número 6 do artigo 49º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, bem como o número 11º do artigo 40º do Regimento da Assembleia Municipal de Portimão, relativamente às questões formuladas pelos cidadãos, **não foi rececionada resposta** por parte da Câmara Municipal. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----E eu, Telma Maria Nunes Matias_____ Assistente Técnica, a prestar serviço no Gabinete da Assembleia Municipal Portimão a elaborei e assino, bem como os elementos componentes da Mesa da Assembleia Municipal de Portimão: -----

A Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

(Isabel Andrez Guerreiro)

1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal

(Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café)

P'la 2ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal

(Alzira Maria Maças Calha)